

FERNANDA GONÇALVES FLECHA

**DISCRICIONARIEDADE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NO
PROCESSO DE EXTRADIÇÃO:
ANÁLISE DO CASO CESARE BATTISTI**

BRASÍLIA - DF
2015

FERNANDA GONÇALVES FLECHA

**DISCRICIONARIDADE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NO
PROCESSO DE EXTRADIÇÃO:
ANÁLISE DO CASO CESARE BATTISTI**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Marcus Vinícius Reis Bastos

BRASÍLIA - DF

2015

FERNANDA GONÇALVES FLECHA

**DISCRICIONARIEDADE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NO
PROCESSO DE EXTRADIÇÃO:
ANÁLISE DO CASO CESARE BATTISTI**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Direito pela Faculdade de Ciências
Jurídicas e Sociais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Orientador: Marcus Vinicius Reis Bastos

Prof. Examinador(a)

Prof. Examinador(a)

Dedico o presente trabalho aos meus pais, por terem sido tão dedicados em toda fase da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado graça e sabedoria em todos os passos da minha vida.

Agradeço aos meus pais por não terem poupado em esforços para proporcionar-me educação de excelência.

Agradeço ao meu irmão Bruno e minha Tia Ilzinha por terem estado sempre presentes e torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus amigos e namorado, que entenderam o momento final de conclusão de curso e me deram todo o apoio necessário.

Agradeço ao meu orientador Marcus Vinícius por toda sua dedicação para sanar minhas incontáveis dúvidas, podendo me auxiliar de maneira incomensurável a elaboração e conclusão deste presente trabalho.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os fundamentos para não concessão de extradição a estrangeiros que adentraram em território nacional. O estudo possibilitará uma análise acerca do procedimento extradicional brasileiro em suas três fases, até a entrega do extraditando, e terá enfoque no emblemático caso concreto da extradição nº 1.085 requerido pelo Governo da Itália em face do extraditando Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua em seu país de origem pelo cometimento, dentre outros crimes, o de quatro homicídios. Dentre indagações ao sistema do reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, se os crimes de Cesare Battisti se enquadravam na esfera de crimes políticos ou crimes comuns, o pedido foi acolhido, em decisão favorável, no Supremo Tribunal Federal e negado pelo Presidente da República em seu último dia de mandato. Nesse sentido, embasado em pesquisas doutrinárias, jurisprudências e aspectos legais, será analisada a vinculação ou não do Poder Executivo em negar um pedido determinado pelo Supremo. Este que, por sua vez, tem a importante função, atribuída pela Carta Magna, de decidir sobre o mérito do processo de extradicional, de acordo com a legislação brasileira e os tratados internacionais, e do Chefe de Estado, de apenas executar a decisão proferida pela Suprema Corte Brasileira.

Palavras-chave: Direito Internacional Público. Direito Penal Internacional. Extradição nº 1.085. Extradição. Prisão perpétua. Asilo político. Crime político.

ABSTRACT

This work aims to analyze the reasons for not granting extradition for foreigners who stepped into the national territory. The study will show an analysis about the Brazilian extradition procedure in its three phases, until the extraditing subject's deliver, and will focus on the emblematic extraditing concrete case of the nº 1.085, required by the Italian Government, in the face of the extraditing Cesare Battisti, condemned to life prison in his home country, among other crimes, for committing four homicides. Among the questions about the recognition system for refugees in Brazil, it is argued if Cesare Battisti's infractions are configured as political or common crimes. Meanwhile, the request was favorable to the Italian allegation and, then, rejected by the President of the Republic on the last day of his administration. Therefore, based on doctrinaire, jurisprudential and legal research, there will be analyzed the linking, or not, by the Executive Power to deny Supreme Court decision. The President, himself, has the important mission, attributed by the Constitution, to decide the merits of the extradition process, according to the Brazilian legislation and the international treaties, and the Chief of State, only to execute the decision made by the Brazilian Supreme Court.

Key Words: Public International Law. International Criminal Law. Extradition nº 1.085. Extradition. Life Prison. Political Asylum. Political Crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.CONDIÇÃO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL.....	13
1.1 Da extradição	13
1.2 Do Processo de Extradição e dos Requisitos para a Concessão da Extradição no Direito Brasileiro	16
1.2.1 Processo extradicional brasileiro – Primeira fase: Administrativa....	19
1.2.2 Segunda fase: procedimento judicial	20
1.2.3 Fase final: entrega do extraditando	25
1.2.4 Requisitos para a Extradição	29
1.3 Do crime político.....	31
1.4 Tratado de Extradição Brasil e República da Itália	36
2. O CASO CESARE BATTISTI	40
2.1 Relato histórico do Caso Battisti	40
2.2 Dos crimes	42
2.2.1 Homicídio de Antonio Santoro.....	43
2.2.2 Homicídio do açougueiro Sabbadin.....	44
2.2.3 Homicídio de Torregiani.....	45
2.2.3 Homicídio de Andrea Campagna.....	47
2.3 Dos julgamentos na Itália e a fuga de Cesare Battisti.....	49
2.4 Da solicitação de status de refugiado frente ao Ministério da Justiça.....	54
3. JULGAMENTO E COMPETÊNCIA DO CASO CESARE BATTISTI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE À DISCRICIONARIEDADE DO PODER EXECUTIVO	59
3.1 A competência do Poder Judiciário para julgar o processo de extradição 1.085	60
3.2 Breve relatório dos votos e o não provimento da Extradição pelo Poder Judiciário.....	63
3.3 O Conflito de Competência frente à Decisão do Presidente da República.....	67
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser desenvolvido tem por pressuposto avaliar as questões que levaram o Presidente da República a ir de entendimento contrário à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em virtude da divergência sobre competência entre os Poderes Judiciário e Executivo para decidirem quanto ao cumprimento do Tratado Internacional, no que se refere à vinculação ou não do Presidente frente à decisão favorável do Supremo. Quando este, por meio do controle judicial que lhe são cabíveis, anularam o ato de concessão de refúgio, proferido pelo então Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro por considerar que o ministro havia violado o Estatuto dos Refugiados.

Ao concluírem os votos e vencendo pela extradição de Cesare Battisti, a Suprema Corte deixou, de forma clara, que mesmo reconhecendo a não vinculação do Poder Executivo quanto à decisão que deferiu o pedido do Governo da Itália, a decisão do Presidente da República estava delimitada na execução do pedido, nos termos do tratado celebrado entre Brasil e República Italiana e nos termos que a Constituição Federal normatiza.

A partir desse contexto, será analisado no primeiro capítulo toda a condição do Estrangeiro no Brasil, apresentando a origem histórica da extradição, o processo e os requisitos para sua concessão por meio do Direito Brasileiro e Tratados Internacionais, ao país requerente. De suma importância, será apresentando a divisão no processo extradicional, dos quais se dividem em três fases: administrativa, judicial e final, que são pressupostos essenciais para o trâmite legal do pedido de extradição. Ainda no primeiro capítulo, será discutido quais são os requisitos estabelecidos nas normas infraconstitucionais e quais as fundamentações devem ser apresentadas ao Governo Brasileiro para que este possa analisar se o caso é de concessão ou não ao pedido extradicional.

O ponto crítico do trabalho se baseia no julgamento do qual se é questionado se o crime que Cesare Batissti cometeu na Itália foram crimes comuns ou crimes considerado políticos, pois se afirmativo a segunda opção, o Brasil teria que vedar sua entrega, pois o Estatuto do Estrangeiro veda a concessão da

extradição nos casos de crimes políticos. Para isso, foi necessário, ainda no primeiro capítulo, contextualizar a cerca de crimes políticos, abrangendo também, no caso de crimes políticos complexos ou relativos, quando há, num mesmo fato, uma mistura de elementos políticos e comuns.

O tratado bilateral entre o Brasil e a República da Itália que visa estreitar a cooperação entre as duas nações contra qualquer crime praticado, deve ser interpretado no propósito de produzir os efeitos efetivamente. A partir desse pretexto, é feito um parâmetro de como e quais são os dispositivos relevantes para ambas partes nesse estudo de caso.

Superado esses pontos iniciais, passa-se a abordar, no segundo capítulo, a aplicação dos Direitos Fundamentais perante o caso concreto “Cesare Battisti”.

O caso em tela suscitou grande repercussão internacional pelo fato de o ex-ativista italiano, membro do grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ter sido condenado à prisão perpétua no seu país de origem pela prática de dentre outros crimes, o de quatro homicídios.

Com a condenação decretada, Cesare Battisti fugiu para países como México e França e acabou conseguindo chegar ao Brasil com um passaporte falso.

A partir do breve relato histórico sobre sua vida e atuação no PAC, no segundo capítulo são colocados em questão os crimes e contra quem eles foram cometidos. Os quatro homicídios foram contra vítimas, que de forma direta ou indireta, eram ligados ao Governo Italiano e eram acusados de haver torturado e assassinado populares. Porém os crimes aconteceram de forma diversa e nada teve ligação com a política nacional. Foram homicídios dos quais as vítimas não tiveram tempo de se proteger, pois foi por meio de simulação de assaltos, à queima-roupa. Essas mortes motivaram o Estado Italiano para que deflagrasse um contínua perseguição contra os membros do PAC. Após ter sido julgado e condenado na Itália, Battisti fugiu para França e México, e até então conseguir adentrar ao Brasil. Portanto, ainda no capítulo dois, será tratado a forma como o Italiano chegou ao

País e suas solicitações, diante do Ministério da Justiça, para concessão do *status* de refugiado político.

Depois de descoberto onde estava localizado Battisti, o Governo da Itália entrou com Pedido de Extradução nº 1.085/2007 e com a decretação da prisão cautelar imediata, foi preso para que ficasse sob custódia do Supremo Tribunal Federal durante todo o processo de julgamento. Inconformado, Battisti, solicita *status* de refugiado político ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e o Ministro da Justiça, o concede passando por cima de um processo já em curso no Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, no terceiro capítulo é abordado o julgamento da extradição com anulação ao *status* de refugiado, pelo fundamento de que quem teria competência para apreciar tal decisão é o Supremo Tribunal Federal. É feito então, um desdobramento em relação ao pedido de extradição requerido pela República da Itália e a discricionariedade do Presidente da República em executar o pedido enviado pela Suprema Corte e quais foram as consequências diante do resultado proferido pelo Poder Executivo em último dia de mandato do então Presidente, Luís Inácio Lula da Silva.

Capítulo 1.

Condição do Estrangeiro no Brasil

1.1 Da extradição

A origem etimológica da palavra extradição diverge entre autores. Para Castori, citado por Bento Faria, a palavra deriva do latim *tradere*, que é o processo fundamentado em um tratado, costume ou promessa de reciprocidade¹. Já para o autor Kléber Oliveira Veloso, o instituto procede da expressão latina *extraditione*, cujo significado é o retorno compulsório do reclamado ao Estado reclamante.²

De acordo com Hildebrando Accioly, a extradição conceitua-se como o ato pelo qual um Estado entrega um indivíduo acusado de fato delituoso, ou já condenado como criminoso, à Justiça de outro Estado competente para julgá-lo e puni-lo.³

Este documento diplomático, alusivo à consagração da extradição, é tido como o mais antigo da história da humanidade. Os vestígios da existência da extradição na Antiguidade não apresentam as mesmas características presentes nos ordenamentos jurídicos contemporâneos, por isso alguns doutrinadores divergem quanto ao seu nascimento como instituto jurídico.⁴

¹ FARIA, A. Bento de. *Código Penal Brasileiro comentado*. Rio de Janeiro: Récord, 1958, v. 1, p. 87.

² VELOSO, Kleber Oliveira. *O instituto extradicional*. Goiânia: AB, 1999, p. 3.

³ ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 357.

⁴ MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1992, v. 2, p. 713-714.

Segundo o posicionamento do jurista e autor Celso D. Albuquerque de Mello, “a essência da extradição é conduzir um indivíduo para fora de um Estado a fim de entregá-lo a outro Estado, existia na prática internacional da Antiguidade”.⁵

Na Idade Média, a ideia extraditacional era bastante relativa, eis que, com as grandes conquistas por territórios, qualquer pessoa que viesse a praticar ato ilícito poderia ser extraditada, independentemente do local onde estivesse. Neste período, os forasteiros acusados de crimes eram execrados por aqueles que os perseguiram e, até mesmo, cumpriam suas penas no local onde fossem encontrados.⁶

A Itália, com o renascimento do comércio e das cidades, sentiu a necessidade de uma regulamentação internacional para impedir que delinquentes escapassem sem responderem pelas consequências de seus atos. Dessa circunstância, surgiram o Tratado de 836, celebrado entre Sicardo, príncipe de Benevento e os magistrados de Nápoles; o Tratado de 840, entre Veneza e o Imperador Lotário, do Sacro Império Romano-Germânico; e o Tratado de 1220, entre Veneza e Frederico II, também imperador do Sacro Império Romano - Germânico.⁷

Celso de Mello sintetizou o conceito de extradição que pode ser definido como sendo o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, que seja competente a fim de processá-lo e puni-lo⁸. Tão logo, definiu o

⁵ MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1992, v. 2, p. 713-714.

⁶ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 25.

⁷ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 25.

⁸ MELLO, Celso D. Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, vol. 2, p. 957.

tema, que vem repercutindo desde manifestações doutrinárias até jurisprudenciais, no despacho proferido na “Extradição 542” de 1991:

“[...] o pedido extradicional, deduzido perante o Estado brasileiro, constitui – quando instaurada a fase judicial de seu procedimento – ação de índole especial, de caráter constitutivo, que objetiva a formação de um título jurídico, apto a legitimar o Poder Executivo da União a efetivar, com fundamento em tratado internacional ou compromisso de reciprocidade, a entrega do súdito reclamado”.⁹

Atualmente, o instituto da extradição é considerado como um dever recíproco entre os Estados. Esta reciprocidade se dá em virtude da cooperação, que é o meio eficaz de administração da justiça penal.¹⁰

Com a internacionalização das finanças, a intensificação do trânsito de pessoas e bens, o aprofundamento da interdependência entre países, a redefinição de fronteiras, o desenvolvimento em geral, enfim, o contexto mundial no início do século XXI, trouxe grandes conquistas para a humanidade, mas também grandes desafios, sendo a expansão do crime transnacional um deles.¹¹

A extradição, portanto, somente surgiu no Brasil por meio do tratado firmado com a França, em 6 de junho de 1826, que objetivava, principalmente, o reconhecimento francês da independência brasileira.¹²

Dispunha o artigo VIII do tratado da Carta de Lei de 6 de junho de 1826:

⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 542. Requerente governo dos Estados Unidos da América extraditando Morris Clinton Henson. Relator Ministro Celso de Mello. Acórdão 13/02/1992. Publicação 20/02/1992. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1520235>>. Acesso em: 10 set. 2015.

¹⁰ CARNEIRO, Camila Tagliani. Op.cit., p. 18.

¹¹ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 13 ago. 2015.

¹² SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 54-55.

“Os indivíduos acusados dos crimes de alta traição, falsidade e falsificação de moeda, ou de papel que as represente, nos Estados de uma das Altas Partes Contratantes, não serão admitidos, nem receberão proteção nos Estados da outra. E para que esta estipulação possa ter a mais completa execução, cada um dos dois Soberanos se obriga a fazer com que as pessoas assim acusadas sejam expulsas dos seus respectivos Estados, logo que o outro assim o requerer”.¹³

A expressão “expulsar” seguida do complemento “requerer”, nada mais são do que sinônimos para a palavra extradição sendo certo que a expulsão propriamente dita é um ato de defesa interna, na qual o Estado age unilateralmente, espontaneamente; de forma diferente, na extradição, o Estado age por provocação de outro Estado.¹⁴

Constata-se, desse modo, que a extradição nasceu, no Direito brasileiro via tratado. E, em seu primórdio, era admitida apenas para certos crimes, como discriminado no respectivo documento.¹⁵

A extradição é um ato de soberania nacional, e essencialmente, diplomático. É um ato político-jurídico processado e julgado pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário, no caso, no Brasil, pelo, Supremo Tribunal Federal que tem, por objetivo conferir ao pleito extraditório as indispensáveis garantias constitucionais, ordinárias e tratadistas.¹⁶

1.2 Do Processo de Extradição e dos Requisitos para a Concessão da Extradição no Direito Brasileiro

Em princípio, todo e qualquer indivíduo que cometa ato criminoso é passível de extradição, para que o Estado, cuja norma penal foi infringida, promova

¹³ Carta de Lei de 6 de junho de 1826. Actos do Poder Executivo apud SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extraditório*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 54-55.

¹⁴ FRAGA, Mirtô. *O novo Estatuto do Estrangeiro comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

¹⁵ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. Op. cit., p. 56.

¹⁶ VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: o viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004, p. 273.

o competente julgamento e aplique a punição correspondente. Porém a nacionalidade e a condição pessoal são fatores que interferem nesse processo, restringindo esta conceituação um tanto ampla.¹⁷

Por intermédio da Lei Belga, de 1883, iniciou-se a fase da concessão de extradições sem a existência de tratados baseados unicamente em critérios de reciprocidade¹⁸. O ordenamento belga mencionava, pioneiramente, o conceito de crime político, ainda que vagamente. Com isso, serviu de inspiração para a maior parte das legislações nacionais sobre o campo extradicional, inclusive a brasileira.¹⁹

A figura da extradição está prevista na Constituição Federal, no artigo 5º, incisos LI e LII, que caracteriza os tratamentos aos brasileiros natos, naturalizados e aos estrangeiros:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

[...]”.²⁰

Os pedidos de extradição formulados ao Estado brasileiro são analisados pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos, do artigo 102, “g”, da

¹⁷ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 51.

¹⁸ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 48-49.

¹⁹ ACQUARONE, Appio Claudio. *Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral*. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, p. 105.

²⁰ BRASIL. *Constituição Federal/88*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Constituição Federal. O órgão entende que a natureza jurídica do pedido constitui, quando instaurada a fase judicial de seu procedimento, ação de índole especial em caráter constitutivo, que objetiva a formação de título jurídico, apto a legitimar o Poder Executivo da União a efetivar, com fundamento em tratado internacional ou em compromisso de reciprocidade, a entrega do súdito reclamado.²¹

Em jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, a formalização de um pedido de extradição não depende, necessariamente, da existência de um Tratado firmado entre os Estados envolvidos, podendo ser amparado em promessa de reciprocidade para casos análogos, que é a concessão de extradição, em ato de soberania do Estado que a concede e não mero ato jurisdicional. A promessa deve respeitar, acima de tudo, o princípio da especialidade que pauta o instituto da extradição, de forma que o extraditando não será detido, processado ou condenado por outros delitos cometidos previamente e que não estejam contemplados no pedido de extradição.²²

Para Francisco Rezek, o “tratado é o acordo formal, concluído entre sujeitos de direito internacional público e destinado a produzir efeitos jurídicos”.²³

A autoridade competente para realizar a execução ou não de tal pedido é o Poder Executivo, tendo em vista que o poder do Estado que representa as relações entre as Nações.

²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n. 65132/DF*. Diário de Justiça da União, Brasília, Seção 1, 4 set. 1987.

²² BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 13 ago. 2015

²³ REZEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 21.

1.2.1 Processo extradicional brasileiro – Primeira fase: Administrativa

O processo extradicional brasileiro, por se tratar de um procedimento misto, com caráter tanto administrativo quanto judiciário, desenvolve-se em três fases: administrativa, judicial e final.

A primeira fase, administrativa, tem início com o recebimento do pedido e se concluiu com o encaminhamento do processo ao Supremo Tribunal Federal, órgão competente para seu julgamento²⁴. O sistema jurídico brasileiro somente admite a extradição pedida ou solicitada, requerida mediante a manifestação prévia formalizada, não podendo o Estado agir espontaneamente, oferecendo a devolução do extraditando sem qualquer provocação ou solicitação do Estado interessado.²⁵

O procedimento de extradição está disciplinado no artigo 80, da Lei nº 6.815/80, do Estatuto do Estrangeiro, o qual, em outras palavras, dispõe que o pedido deverá ser encaminhado por via diplomática. Todavia, não existindo agente diplomático do Estado requerente, o pedido será feito diretamente de Governo a Governo.²⁶

“Art. 80. A extradição será requerida por via diplomática ou, quando previsto em tratado, diretamente ao Ministério da Justiça, devendo o pedido ser instruído com a cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória ou decisão penal proferida por juiz ou autoridade competente”.²⁷

A solicitação deve apresentar-se no prazo estabelecido, acompanhada dos documentos exigidos, para que o Estado requerido possa

²⁴ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 76-77.

²⁵ RODRIGUES, Manoel Coelho. *A extradição no direito brasileiro e na legislação comparada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, t. I, p. 7

²⁶ CARNEIRO, Camila Tagliani. Op.cit., p. 77.

²⁷ BRASIL, Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

verificar se concorrem às condições necessárias para conceder a extradição. Assim, o tratado discrimina os documentos que devem instituir o pedido e, não havendo tratado, o Estado requerente deve observar as prescrições da lei doméstica no Estado requerido.²⁸

Recebida pelo representante do Poder Executivo, a extradição é instrumentalizada por intermédio de um Decreto Presidencial. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 84, VIII, primeira parte, prevê que compete privativamente ao Presidente da República: “Art. 84 [...] VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos”.²⁹

O Poder Executivo coloca-se como árbitro em relação à solicitação diplomática da extradição, tanto em função de sua política internacional, quanto à conveniência do encaminhamento, ou não, do pedido ao Supremo Tribunal Federal.³⁰

1.2.2 Segunda fase: procedimento judicial

A fase judicial é destinada à verificação do processo ao Supremo Tribunal Federal, órgão competente para seu julgamento³¹. O procedimento jurisdicional está previsto no artigo 83, do Estatuto do Estrangeiro, que dispõe:

“Art. 83. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão”.³²

²⁸LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extradicional no direito brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 128.

²⁹BRASIL. *Constituição Federal/88*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 26 ago. 2015.

³⁰MELLO, Celso D. Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, v. 1, p. 60-61.

³¹CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 79.

³²BRASIL, Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

O Supremo Tribunal Federal, como tem demonstrado a prática, terá que diligenciar perquirindo a configuração dos fatos contidos nos autos.³³

O Estatuto do Estrangeiro, logo após sua promulgação na Constituição Brasileira, suscitou crescentes manifestações de diversos setores da sociedade, incoerências sistemáticas e redacionais de modo que, apenas um ano após a promulgação do mesmo, já surgia a Lei. nº 6.964/1981, pretendendo corrigi-la e sintonizá-la, com efeito, ao sentimento médio da nação brasileira.³⁴

Afirma Neemias Carvalho Miranda (2010) que parte desse dispositivo é inócua, pois o País, para assinar um tratado de extradição, não precisa do Estatuto do Estrangeiro. Se há tratado e surge o pedido, basta uma simples promessa de reciprocidade.³⁵

E condições do pedido no artigo 78, da Lei 6.815/80:

“Art. 78. São condições para concessão da extradição: I - ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e II - existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, salvo o disposto no artigo 82”.

A Constituição, no entanto, não traz essa diretriz devidamente discriminada, apenas proíbe a extradição de brasileiros natos e de estrangeiros por crime político.

³³ MIRANDA, Neemias Carvalho. *Extradição: decisões contraditórias no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 31.

³⁴ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 79.

³⁵ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 30.

A Suprema Corte possui a competência originária para o processamento e julgamento dos pedidos de extradição. Esta competência vem designada no artigo 102, I, “g”, da Constituição Federal:

“Compete ao Supremo Tribunal Federal precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro”.³⁶

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, também aborda o tema em seu artigo 207: “não se concederá extradição sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade e a procedência do pedido, observada a legislação vigente”.³⁷

A Suprema Corte também possui a competência de conferir a legalidade do pedido extradicional, não devendo julgar o mérito do pedido, pois, por questões claras, o julgamento do extraditando será realizado na nação requerente (extradição instrutória), ou se já tiver ocorrido no referido país (extradição executória).

No Brasil, ante os termos do artigo 80, da Lei nº 6.815/80, do Estatuto do Estrangeiro, a extradição devendo ser requerida por via diplomática ou, quando previsto em tratado³⁸ o Ministério da Justiça é o responsável por formalizar os pedidos feitos por autoridades judiciárias brasileiras a um determinado Estado

³⁶ BRASIL. Constituição Federal/88. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 26 ago. 2015.

³⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Regimento Interno*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Janeiro_2015_versao_eletronica.pdf> Acesso em: 26 ago. 2015.

³⁸ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

estrangeiro ou, ainda, processar, opinar e encaminhar as solicitações de extradição formuladas por outro país às autoridades brasileiras³⁹.

O artigo 81, da Lei nº 6.815/80, descreve que após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, o pedido de extradição será encaminhado pelo Ministério da Justiça ao Supremo Tribunal Federal, pois o encaminhamento do pedido confere autenticidade aos documentos⁴⁰, dos quais deverão ser instruídos com indicações precisas sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias do fato criminoso, a identidade do extraditando e, ainda, cópia dos textos legais sobre o crime, a competência, a pena e sua prescrição.⁴¹

Caso o Supremo Tribunal Federal se manifeste favoravelmente ao pedido, esta decisão não vincula, de qualquer forma, a decisão do Chefe do Poder Executivo, que poderá optar pela extradição ou não da pessoa reclamada, por ser o representante político da nação.⁴² O ato vinculativo estará associado apenas à não concessão da extradição com o prévio pronunciamento do Plenário da Corte Suprema.

Sendo denegada a extradição pelo Estado requerido, não caberá ao Estado requerente nova pretensão extradicional fundamentada no mesmo fato, ante o artigo 88, da Lei nº 6.815/80.

³⁹ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 13 ago. 2015.

⁴⁰ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 13 ago. 2015.

⁴¹ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 13 ago. 2015.

⁴² CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 81.

Os pedidos de extradição formulados ao Estado Brasileiro são analisados pelo STF de acordo com a Constituição Federal, sendo regulamentadas no artigo 83 , da Lei n.º 6.815/80:

“Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão”.⁴³

Recebido o processo pela Corte Suprema e sorteado o Ministro Relator, este designará dia e hora para a realização do depoimento pessoal do extraditando, podendo nomear curador ou advogado, quando necessário. Está previsto ainda, o prazo de dez dias para a apresentação da defesa do extraditando⁴⁴, conforme o artigo 85, do Estatuto do Estrangeiro.

O Estado interessado na extradição poderá requerer a prisão cautelar do extraditando por via diplomática ou, quando previsto em tratado, ao Ministro da Justiça, antes mesmo da formalização do pedido ou conjuntamente com este, requisito essencial para a efetivação da segregação que tem natureza cautelar, se constituído em medida emergencial e excepcional.⁴⁵

“Art. 84[...] Parágrafo único. A prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitidas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue”.⁴⁶

A prisão extradicional tem caráter cautelar e não se confunde com a prisão preventiva regulamentada pelo Código de Processo Penal. A cautelaridade não infringe o princípio constitucional da presunção da inocência, pois a própria lei

⁴³ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁴⁴ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 81.

⁴⁵ Ibidem, p. 79.

⁴⁶ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

brasileira afirma que nenhum pedido de extradição terá andamento sem que o extraditando seja preso, ou seja, colocado à disposição do Supremo Tribunal Federal. A prisão assegura a execução da eventual ordem de extradição, proibindo de qualquer liberdade, sob pena de fuga da pessoa reclamada dificultar o trâmite processual.

Quanto ao recurso cabível nos casos de pedido de prisão preventiva, a legislação brasileira admite a concessão de *habeas corpus* preventivo pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo quando o processo extradicional já tenha sido recebido por este órgão.⁴⁷

Arrematadas as providências de ordem procedimental, o relator encaminha os autos ao Plenário da Corte para o julgamento.⁴⁸

1.2.3 Fase final: entrega do extraditando

Após o julgamento do pedido e deferida a extradição, retorna o processo à esfera administrativa, neste caso, o Ministério da Justiça, para a comunicação à Missão Diplomática no Ministério das Relações Exteriores do Estado requerente e o início da contagem do prazo para a retirada do extraditando do território nacional.⁴⁹

“Art. 86. Concedida a extradição, será o fato comunicado através do Ministério das Relações Exteriores à Missão Diplomática do Estado requerente que, no prazo de sessenta dias da comunicação, deverá retirar o extraditando do território nacional”.⁵⁰

⁴⁷ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 79.

⁴⁸ VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: o viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004, p. 273.

⁴⁹ BRASIL. *A extradição*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Justiça, Departamento de Estrangeiros, 1997, p. 19-20.

⁵⁰ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

O não cumprimento do prazo estipulado pelo governo brasileiro implica na liberdade imediata do reclamado, sem prejuízo de responder a processo de expulsão, se o motivo da extradição o recomendar.

Quando a pena imposta ao extraditando que cometeu o crime no país requerente, é a prisão perpétua, o Supremo Tribunal Federal adota o entendimento de que deveria ser comutada por prisão com o prazo máximo, fixado na legislação brasileira, que é de 30 anos de reclusão, a ser exigida pelo Governo do Estado requerente como condição para a efetivação da entrega do extraditando.⁵¹

A legislação brasileira em matéria extradicional exige que o Estado requerente assuma um compromisso de comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte, ressalvados, quanto à última, os casos em que a lei brasileira permitir a sua aplicação.⁵² Porém, a Lei 8.815/80 nunca exigiu que a pena de prisão perpétua a ser aplicada no Estado requerente fosse comutada, o que levou a interpretações diversas do STF ao longo do tempo.

A primeira vez em que a Suprema Corte enfrentou a questão da prisão perpétua foi no julgamento em pedido de extradição requerida contra ao ex-oficial da SS alemã, Franz Paul Stangl, de cuja ementa do acórdão constou.⁵³

“[...] 3. Comutação da pena:

a. A extradição está condicionada à vedação constitucional de certas penas, como a prisão perpétua, embora haja controvérsia a respeito, especialmente quanto às vedações da lei penal ordinária.

⁵¹ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.143.

⁵² BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁵³ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

b. O compromisso de comutação da pena deve constar do pedido, mas pode ser prestado pelo Estado requerente antes da entrega do extraditando”.

Esse precedente foi seguido em pedidos de extradição subsequentes até o julgamento do caso Russel Wayne Weisse, quando a Corte alterou o seu entendimento e deferiu a extradição, sem a ressalva da comutação da pena de prisão perpétua em pena limitativa de liberdade⁵⁴. Essa decisão fundou-se, sobretudo, em dois argumentos: 1) impossibilidade de emprestar eficácia transnacional aos direitos previstos na nossa Constituição; 2) a Lei no 6.815/80, art. 91, III, e a grande maioria dos tratados de extradição em vigor só impõem aos Estados a obrigação de comutar a pena corporal ou de morte, nada mencionando sobre a pena de prisão perpétua”.⁵⁵

Na ocasião, em função das acusações de co-autoria em crimes de homicídios em massa, Stangl encontrava-se sob ameaça de sofrer a pena perpétua, sob os termos dos pedidos de extradições feitos pelos Governos da Áustria, da Alemanha e da Polônia.⁵⁶

A defesa dativa do extraditando, alertou a Corte para este perigo, nos termos a seguir:

“Tanto a pena de morte quanto a de prisão perpetua são radicalmente incompatíveis com o regime constitucional brasileiro inaugurado depois da edição da lei que ainda regula a extradição, e nas restrições que esta estipula se não ambas de inserir”.⁵⁷

O defensor de Stangl requereu, por conseguinte, à par de outros argumentos, o indeferimento das pretensões extradicionais, salientando que nenhum

⁵⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Min. Rel. Rafael Mayer, RTJ 115/969. *Trecho do acórdão* Extradição nº 426. Acórdão de 4 de setembro de 1985. In: *Revista Trimestral de Jurisprudência*, v. 115, mar. 1986, p. 969.

⁵⁵ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁵⁶ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.143.

⁵⁷ BRASIL. Memorial às Extradições nºs 272, 273 e 274. In: *Extradições e julgamentos*. Vol. II. Supremo Tribunal Federal, 1978, p.74. In: SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.145.

dos países interessados havia apresentado o prévio e necessário compromisso de comutação ou de redução da pena perpétua em prisão de prazo certo.⁵⁸

O Ministro Nelson Hungria contra-atacou a linha de defesa, em parecer exarado a pedido do Governo da Alemanha, atestando que:

“Não conheço acórdão algum do Supremo Tribunal Federal que haja impugnado extradição porque o extraditando estivesse sujeito, no país requerente, à prisão perpétua, devendo ser acentuado que tal pena é admitida em países que com maior frequência tem solicitado ao Brasil a entrega de criminosos. Se na Constituição se dispõe sobre a inadmissibilidade de certas penas, como a de morte e a de prisão perpétua, é bem de ver que tal dispositivo não tem, nem poderia ter, o significado de intolerância para com essas penas ainda mesmo quando admitidas e tenham de ser aplicadas em país estrangeiro”.⁵⁹

A decisão final dessa extradição serviu de precedente para os casos que se seguiram e que envolveram a questão da comutação de pena perpétua.⁶⁰

Em decisões posteriores, o Supremo começou a se posicionar de forma diversa, entendendo que improcede a alegação de ressalva para a comutação da pena quando esta for de caráter perpétuo, pois a legislação não prevê esta alteração da pena como um dos pressupostos para a entrega do extraditando.⁶¹

Ao receber o extraditando, o Estado requerido deverá assumir os compromissos, nos termos do artigo 91 do Estatuto dos Estrangeiros, caso os mesmos não estejam expressamente previstos em eventual tratado de extradição.⁶²

⁵⁸ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.146.

⁵⁹ HUNGRIA, Nelson. *A extradição de Stangl*. In: *ibidem*.

⁶⁰ SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *Op.cit.*, p.146.

⁶¹ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 92.

⁶² *Ibidem*, p. 21.

“Art. 91. Não será efetivada a entrega sem que o Estado requerente assuma o compromisso:

I - de não ser o extraditando preso nem processado por fatos anteriores ao pedido;

II - de computar o tempo de prisão que, no Brasil, foi imposta por força da extradição;

III - de comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte, ressalvados, quanto à última, os casos em que a lei brasileira permitir a sua aplicação;

IV - de não ser o extraditando entregue, sem consentimento do Brasil, a outro Estado que o reclame; e

V - de não considerar qualquer motivo político, para agravar a pena”.⁶³

1.2.4 Requisitos para a Extradição

Diante do exposto, o Estado estrangeiro, além de fundamentar o pedido dentro do que determina a Lei nº 6.815/80, também deve obedecer aos requisitos estabelecidos nas normas infraconstitucionais:

“a) Art. 76. A extradição poderá ser concedida quando o governo requerente se fundamentar em tratado, ou quando prometer ao Brasil a reciprocidade”.⁶⁴

“b) Art. 78. São condições para concessão da extradição: I - ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e II - existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, [...]”.⁶⁵

⁶³ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (*Estatuto do Estrangeiro*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

Ou seja, o pedido de extradição deve estar fundamentado em tratado internacional ou, quando inexistente, o Estado requerente deve prometer reciprocidade de tratamento ao Brasil.⁶⁶

A pessoa reclamada ficará sob custódia do Supremo Tribunal Federal por decreto expedido pelo Ministro Relator do caso para que seja conhecida a pretensão extradicional.⁶⁷

O deferimento aos requisitos é apreciado pelo STF. Porém, se o Supremo apontasse que o pedido de extradição feria algum requisito do rol de impedimentos acima citados, estaria impedido de ser extraditado com a negação de entrega.

Clóvis Beviláquia enfatiza que “para conceder a extradição pedida não deve o Estado preocupar-se com a nacionalidade do criminoso”⁶⁸. O juiz natural do delinquente é o do local no qual foi a lei infringida, que é direito do Estado punir as pessoas que atentam contra a ordem jurídica em seu território e que não se põe em jogo a dignidade nacional ao extraditar um nativo. A maior facilidade em se obter as provas no local do ato delituoso e o fato de serem as leis repressivas locais mais eficazes conduzem, segundo Russomano, a uma melhor distribuição da justiça criminal.⁶⁹

⁶⁶ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁶⁷ CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 79.

⁶⁸ BEVILÁQUIA, Clóvis. *Direito público internacional*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911, p. 135.

⁶⁹ RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *A extradição no direito internacional e no direito brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 1.

Outra análise tem Alexandre de Moraes (2010), ao trazer o Princípio da Soberania, defendendo que o Chefe do Poder Executivo, ilimitadamente, pode decidir pela execução da extradição ou não. Neste sentido, defende que:⁷⁰

“Findo o procedimento extradicional, se a decisão do Supremo Tribunal Federal, após a análise das hipóteses materiais e requisitos formais, for contrária à extradição, vinculará o Presidente da República, ficando vedada a extradição. Se, no entanto, a decisão for favorável, o Chefe do Poder Executivo, discricionariamente, determinará ou não a extradição, pois não pode ser obrigado a concordar com o pedido de extradição, mesmo que, legalmente, correto e deferido pelo STF, uma vez que o deferimento ou recusa do pedido de extradição é direito inerente à soberania”.⁷¹

1.3 Do crime político

O art. 5º, LII, da Constituição Federal do Brasil refere a impossibilidade da extradição de estrangeiro pela prática de crime político ou de opinião:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião”.

A legislação, a doutrina e a jurisprudência convergem à não-concessão de extradição de pessoa reclamada pela prática de crime político. Dentre os fundamentos para a não extradição de criminoso político, o mais relevante é o de ordem democrática que decorre do respeito à liberdade de pensamento. Geralmente, são considerados criminosos políticos aqueles que foram vencidos politicamente ou se opõem à nova ordem estabelecida.⁷²

Algumas questões sobre exceção do crime político são justificadas por vários fundamentos, o que acaba tornando a questão mais complexa. A

⁷⁰ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 99.

⁷¹ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 99.

⁷² CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002, p. 66.

primeira, baseia-se no conceito de que os Estados não devem se imiscuir nas atividades internas dos demais, e a extradição de criminosos políticos significaria um *parti pris* do Estado cedente em face do Estado requerente.⁷³

Ressalta-se, ainda, a diferenciação existente entre o crime político e o crime comum. Este constitui-se em criminalidade absoluta, ou seja, fato repudiado por todos os povos. Já o crime político caracteriza-se como um crime contra o Estado, vindo a ser considerado até um ato de heroísmo em determinado momento histórico⁷⁴. Porém, vale lembrar que o acusado de crime político tem mais chances do que o criminoso comum de ser submetido a julgamentos injustos ou a outras violações de direitos fundamentais básicos.⁷⁵

Algumas considerações a respeito das violações de direitos fundamentais básicos podem ser justificadas, como defende, Apud Cahali (1993):

- “a) que os delitos políticos são considerados crimes para o vencido e não para o vencedor;
- b) a sua punição, no lugar em que são praticados, depende mais do êxito ou do fracasso da causa que os impulsiona;
- c) o país estrangeiro, que deve permanecer neutro, não deve (e nem pode) ser instrumento penal de uma das partes em disputa”.⁷⁶

Na busca pela definição de crime político, a doutrina e a prática dos Estados Unidos passaram a distinguir entre os crimes políticos puros e os complexos. Esses, têm por o sujeito passivo o Estado, não afetando os civis. São

⁷³ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 28 ago. 2015.

⁷⁴ CARNEIRO, Camila Tagliani. Op.cit., p. 69.

⁷⁵ SWART, A. H. J. Refusal of extraditions and the um model treaty on extradition. *Netherlands Yearbook of International Law*. v. 23, 1992. In: op. cit, loc. cit.

⁷⁶ Apud CAHALI. Estatuto do estrangeiro, 1993. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

exemplos os casos de traição, conspiração para derrubar um governo e espionagem.⁷⁷

O problema surge nos crimes políticos complexos ou relativos, quando há, num mesmo fato, uma mistura de elementos de crimes tanto políticos quanto comuns. Os países adotam critérios diversos para admitir ou não a extradição.⁷⁸

A proibição de extraditar em virtude da prática de crime político é também reproduzida em nível infraconstitucional, pelo artigo 77, VII, da Lei 6.815/80:

“Art. 77. Não se concederá a extradição quando:

[...]

VII - o fato constituir crime político; e

VIII - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção.

§ 1º A exceção do item VII não impedirá a extradição quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

§ 2º Caberá, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal, a apreciação do caráter da infração.

§ 3º O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, seqüestro de pessoa, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social”.⁷⁹

A Comissão Jurídica Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada no Rio de Janeiro (RJ), concluiu na XI Conferência Americana, a respeito dos crimes políticos que:

⁷⁷ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.sena.do.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁷⁸ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.sena.do.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 28 ago. 2015

⁷⁹ BRASIL, Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

“1. São delitos políticos as infrações contra a organização e funcionamento do Estado.

2. São delitos políticos as infrações conexas com os mesmos. Existe conexidade quando a infração se verificar: para executar ou favorecer o atentado configurado no número 1; para obter a impunidade pelos delitos políticos.

3. Não são delitos políticos os crimes de bárbarie ou vandalismo e em geral todas as infrações que excedem os limites do ataque e da defesa.

4. Não é delito político o genocídio, de acordo com a Convenção das Nações Unidas”.⁸⁰

A convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Extradicação prevê, em seu artigo 3º, que a extradicação não será concedida se o delito que motivou o pedido extradicional for qualificado no Estado requerido como de natureza política.⁸¹

Contudo, a qualificação da natureza do crime como político cabe ao Estado requerido. Nesse contexto, regra previsto no artigo 77, § 2º, da Lei nº 6.815/80: “Caberá, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal, a apreciação do caráter da infração”.

Celso Albuquerque Mello (1978), convergiu a ideia de que é mais fácil definir o que não é crime político que o contrário:

“Atualmente tem predominado a aplicação de um critério misto para a verificação da natureza política ou não de um crime. Contudo, somos da opinião que não há qualquer vantagem e que existe uma impossibilidade de se definir crime político. É mais fácil de definir o que não é crime político”.⁸²

⁸⁰ BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradicação no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸¹ ONU, Convenção Modelo. “*Mandatory grounds for refusal: Extradition shall not be granted in any of the following circumstances*” apud BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. Op.cit.

⁸² MELLO, Celso Albuquerque. *Direito penal e direito internacional*. 1978 apud BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. Op.cit. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 30/08/2015.

Tem prevalecido, em toda a parte, o critério do exame das circunstâncias de cada caso concreto para concluir se o crime é ou não político, sem a adoção de uma definição prévia.⁸³

Na jurisprudência brasileira, o STF, confirmando o sentido do mandamento constitucional, já assentou que a vedação da extradição na hipótese de crime político configura uma inafastável garantia individual, um direito público subjetivo, em decisão na qual se lavrou:⁸⁴

“A inextraditabilidade de estrangeiros por delitos políticos ou de opinião reflete, em nosso sistema jurídico, uma tradição constitucional republicana. Dela emerge, em favor dos súditos estrangeiros, um direito público subjetivo, oponível ao próprio Estado e de cogência inquestionável. Há, no preceito normativo que consagra esse favor *constitutionis*, uma insuperável limitação jurídica ao poder de extraditar do Estado brasileiro [...]”.⁸⁵

Quanto ao fato de deixar de considerar crime político, Hildebrando Accioly e Geraldo Eulálio do Nascimento Silva se pronunciaram contra a regra:

“Muitos autores, entretanto, condenam – não sem razão – a aludida cláusula de exceção, a qual se tornou conhecida como ‘cláusula do atentado’ ou ‘cláusula belga’. Entre os que a criticam, uns dizem não ser justo entregar-se o assassino de um chefe de Estado e não proceder de igual forma nos casos de assassinios de pessoas menos importantes; outros sustentam ser inadmissível que a natureza de um ato e as regras que, em virtude de tal natureza, lhe devem ser aplicadas sejam determinadas a priori, fazendo-se abstração das circunstâncias do caso ou não as levando em conta”.⁸⁶

⁸³ MELLO, Celso Albuquerque. *Direito penal e direito internacional*. 1978 *apud* BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. Op.cit. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 30/08/2015.

⁸⁴ MELLO, Celso Albuquerque. *Direito penal e direito internacional*. 1978 *apud* BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. Op.cit. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 30/08/2015.

⁸⁵ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Extradição nº 446. Relator: Min. Célio Borja. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸⁶ ACIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. *Manual de direito internacional público*. 1996, p. 354-355. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Ocorre, ainda uma observação na exceção no artigo 77, §3º, do Estatuto do Estrangeiro:

“O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, seqüestro de pessoa, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social”.⁸⁷

É certo que esse dispositivo é facultativo, já que é em caráter excepcional que se é admitido no Supremo Tribunal Federal, do qual não consideram tais crimes como políticos, apesar de o serem. Portanto, independentemente de ser ou não constitucional, a Suprema Corte pode deixar de aplicá-la.

1.4 Tratado de Extradicação Brasil e República da Itália

Kleber Oliveira Veloso (2004) expõe que, de antemão, impende assinalar que o objetivo principal dos tratados de extradição é estreitar a cooperação entre as nações do globo contra o crime, qualquer que seja ele. Muitas foram as inovações que ingressaram no Direito Extraditório Brasileiro. Elas surgiram para melhor aquilatar os procedimentos inerentes ao alcance jurídico compulsório. Os tratados foram com elas sintonizados, de modo a disciplinar, com precisão mais acurada, essa diligência internacional compulsória.⁸⁸

A interpretação dos tratados extraditórios deve crescer no propósito de produzir os efeitos, nos moldes do brocardo da efetividade. Ocorrendo a denúncia por uma das partes, em regra, os tratados terão vigência pelo interstício de até seis meses, salvo disposição contrária previamente estipulada. O desrespeito a

⁸⁷ BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸⁸ VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: o viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004, p. 273, p. 260.

essas regras pelos consortes gera responsabilidade nos termos firmados na Convenção de Viena, sobre os Direitos dos Tratados de 1969.⁸⁹

O Tratado de extradição entre o Brasil e a Itália foi firmado em 17 de outubro de 1989, em Roma pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e por seu colega italiano Gianni de Michelis, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78, de 20 de novembro de 1992, e com instrumentos de ratificação trocados em Brasília, a 14 de junho de 1993, entrou em vigor em 1º de agosto de 1993⁹⁰, sendo por tempo indeterminado o prazo de validade do tratado, e tendo por objetivo convencionar entre os dois países quando seria cabível a utilização do instituto da extradição. O documento é composto por 22 artigos, os quais disciplinam a obrigação entre os governos brasileiro e italiano, os casos em que serão autorizadas e recusadas as extradições, e neste, prevendo quando será recusada, se a infração cometida for apenas por morte ou se houver violação dos direitos fundamentais.⁹¹

Neste sentido, o tratado traduz a definição fática no artigo 2º, 1.a, da Convenção de Viena de 1969, que positiva as relações dos tratados internacionais entre as nações signatárias do referido acordo: “Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional,

⁸⁹ VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: o viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004, p. 273, p. 259.

⁹⁰ ACQUARONE, Appio Claudio. *Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro*. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, p. 63.

⁹¹ DELLOVA, Adriana Souza. *Breve análise sobre o caso Cesare Battisti*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10375>. Acesso em: 31 ago. 2015.

quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.⁹²

Assim, como descrevem Dinh, Daillier e Pellet (1999) “o tratado designa qualquer acordo concluído entre dois ou mais sujeitos de direito internacional, destinado a produzir efeitos de direito e regulado pelo direito internacional”.⁹³

Segunda Adriana Dellova (1993), o tratado ítalo-brasileiro impõe limites à extradição, como, por exemplo, o fato de a pessoa extraditada não poder ser submetida à restrição da liberdade pessoal para a execução de uma pena nem sujeita a outras medidas restritivas, por um fato anterior diferente à entrega daquele pelo qual a extradição tiver sido concedida. Estas situações comportam exceção ao princípio de extradição. O referido instrumento não deixa ao desalento o princípio do contraditório e da ampla defesa, prevendo que à pessoa reclamada será facultada defesa, de acordo com a legislação da parte requerida, a assistência de um defensor e, se necessário, de um intérprete.⁹⁴

Tendo em vista que as duas nações haviam saído há pouco tempo de um período complicado na política, chamado na Itália de “Anos de Chumbo” e o Brasil recém-redemocratizado após o fim da Ditadura Militar, houve-se por bem incluir entre os motivos de recusa de extradição o artigo 3º, item 1, letra f, do Tratado de Extradição entre Brasil e Itália:

⁹² BRASIL. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm>. Acesso em: 31 ago. 2015.

⁹³ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Tradução de Vítor Marques Coelho. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 105.

⁹⁴ DELLOVA, Adriana Souza. *Breve análise sobre o caso Cesare Battisti*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10375> Acesso em: 31 ago. 2015.

“f) se a parte requerida tiver razões ponderáveis para supor que a pessoa reclamada será submetida a atos de perseguição e discriminação por motivo de raça, religião, sexo, nacionalidade, língua, opinião política, condição social ou pessoal; ou que sua situação possa ser agravada por um dos elementos antes mencionados”.⁹⁵

Num sentido geral, a expressão “Anos de Chumbo” se refere aos anos de violência política na Europa e na América do Sul. Em alguns países, essa alcunha foi adotada pela esquerda para criticar a violência repressora da direita e, em outros, foi usada pela direita para referir-se aos movimentos armados da esquerda. Na Itália, onde o codinome foi usado especialmente pela direita, esse processo começaria nos anos 1967-1969 e acabaria nos anos 1985-1990, pelo menos teoricamente.⁹⁶

⁹⁵ BRASIL. *Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana*. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_64>. Acesso em: 31 ago. 2015.

⁹⁶ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 62.

Capítulo 2.

O CASO CESARE BATTISTI

2.1 Relato histórico do Caso Battisti

O caso discutido neste trabalho adquiriu dimensões singulares e espantosas, que surpreenderam os mais reflexivos e informados por conta da ampla cobertura da mídia e os debates fomentados ao redor da legalidade – ou não – da extradição do italiano Cesare Battisti. Perguntaram-se: “Por que Battisti?”. O próprio alvo também se questionou: “Por que eu?”.⁹⁷

Cesare Battisti nasceu na cidade de Cisterna di Latina, na província de Latina, localizada no Norte da Itália, em 18 de dezembro de 1954. Aos 13 anos começou o colégio e, como muitos outros adolescentes italianos, recebeu o impacto da agitada sociedade da época. Após os fatos de 1968, que marcaram a juventude de toda a Europa, decidiu participar das passeatas e atos de Lotta Continua, que era uma espécie de jornal de orientação comunista revolucionário e foi uma das principais formações da esquerda extra-parlamentar estando no ápice de sua popularidade. Como os movimentos de desempregados, mulheres, minorias, negros e latinos nos EUA, os autocomunistas italianos lutavam contra o racismo, a repressão, a tortura, o militarismo e a brutalidade policial.⁹⁸

No livro de autoria própria, *Minha Fuga Sem Fim*⁹⁹, Battisti relata que “conheceu um militante que falava outra linguagem”, numa alusão ao professor de ensino básico, Arrigo Cavallina¹⁰⁰, que foi membro da Ação Católica e ficou

⁹⁷ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 27.

⁹⁸ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 138.

⁹⁹ BATTISTI, Cesare. *Minha fuga sem fim*. São Paulo: Martin, 2007.

¹⁰⁰ BATTISTI, Cesare. *Minha fuga sem fim*. São Paulo: Martin, 2007.

influenciado pela Teologia da Libertação. O professor colocou Cesare em contato com outros membros dos PAC. Como em todo processo fluente e clandestino, não se sabe quando Cesare ingressou oficialmente na organização Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), mas em abril de 1978 participou da primeira ação do grupo: uma expropriação para editar a revista *Senza Galere*.¹⁰¹

O total de ativistas do PAC em meados de 1978 não é conhecido nem pelos próprios membros. O grupo tinha fãs e colaboradores em diversos lugares da Itália. O PAC não tinham hierarquia definida, nem queriam tomar o poder central italiano, apenas proteger os trabalhadores. Os componentes do movimento eram operários, desempregados, estudantes e professores. Predominavam os homens, mas também havia algumas moças. A média de idade dos membros do grupo era de 23 anos.¹⁰²

O jurista Luís Roberto Barroso, à época, advogado de defesa de Battisti, relata em uma carta em reflexão ao caso em tela que os PAC haviam praticado inúmeras ações subversivas no período entre 1976 e 1979, com o propósito de enfraquecer e, eventualmente, derrubar o regime político italiano. Tais ações incluíram furtos de carros, armas e a estabelecimentos de crédito, propaganda subversiva e quatro homicídios. Os mortos foram um agente penitenciário, um agente policial e dois civis um joalheiro e um açougueiro. Os dois últimos eram ligados à extrema direita, andavam armados e haviam matado

¹⁰¹ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 27

¹⁰² LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 113.

militantes de esquerda, em reação a “operações subversivas de auto-financiamento”.¹⁰³

Entre os membros do grupo, destaca-se Pietro Mutti, nascido em Milão, em 1954. Ele foi o principal informante da magistratura italiana durante o julgamento dos membros do Proletários Armados pelo Comunismo, e acusou Battisti dos quatro homicídios. Foi, na prática, o chefe militar do movimento. A delação de Mutti foi apoiada por outro membro, Sante Fatone, nascido também em Milão, em 1959, participante do comando que matou o joalheiro Pierluigi Torregiani. Este havia sido condenado a 25 e dois meses de prisão.¹⁰⁴

Em exposição aos fatos que ocorreram após o PAC ter sido desfeito, Luis Roberto Barroso, expõe que:

“Em 1979, a organização Proletários Armados pelo Comunismo foi desbaratada e a maioria de seus membros foram presos. Levados a julgamento por todas as operações do grupo naquele período, houve diversas condenações. Quatro dos integrantes do PAC – mas não Cesare Battisti – foram condenados por um dos homicídios: o do joalheiro Torregiani. Cesare Battisti não era considerado sequer suspeito de qualquer dos homicídios e não foi acusado de nenhum deles. Foi condenado, no entanto, a uma pena de 12 anos por delitos tipicamente políticos: participação em organização subversiva e participação em ações subversivas”.¹⁰⁵

2.2 Dos crimes

Entre junho de 1978 e abril de 1979, os membros do PAC executaram quatro pessoas, às quais acusavam de haver torturado e assassinado populares.

¹⁰³ BARROSO, Luís Roberto. Carta aos migalheiros: Reflexões sobre o caso Cesare Battisti. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI94178,41046Carta+aos+migalheiros+Reflexoes+sobre+o+caso+Cesare+Battisti>>. Acesso em: 02 set. 2015.

¹⁰⁴ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 113.

¹⁰⁵ BARROSO, Luís Roberto. Op.cit. Disponível em: <www.migalhas.com.br/Quentes/>. Acesso em: 02 set. 2015.

Até esse momento, os integrantes do movimento não haviam cometido nenhum homicídio e os planos iniciais da organização condenavam a violência letal. Segundo relatórios judiciais, o delator Pietro Mutti teria dito que os membros do Proletários Armados pelo Comunismo haviam decidido cometer algumas execuções.¹⁰⁶

Battisti foi condenado na sentença definitiva de Milão, de 1988, por ter atuado diretamente em três homicídios e ser o “autor moral” de outro. Entretanto, nunca existiram os passos anteriores a uma condenação: ser indiciado, denunciado e acusado.¹⁰⁷

No pedido de extradição feito ao Brasil em abril de 2007, a República Italiana expôs os fatos criminais imputáveis à Battisti, dos quais o condenaram à prisão perpétua, com isolamento diurno por seis meses.

2.2.1 Homicídio de Antonio Santoro

Relata em seu livro, Calos A. Lungarzo (2012), que o primeiro a ser executado foi Antonio Santoro, comandante dos carcereiros da prisão de Udine e foi executado por um comando dos PAC nessa cidade. Era conhecido entre os detentos e seus familiares como torturador, sendo denunciado em vários documentos como organizador de tormentos e violador dos direitos dos presos.¹⁰⁸

A República Italiana expõe tal homicídio em seu pedido ao Brasil:

“No dia 06/06/1978, o marechal Santoro percorre à pé a Via Spalato em Udine para ir de sua casa ao trabalho, isto é, ao cárcere. Um jovem rapaz, que, finge estar namorando com uma moça dos

¹⁰⁶ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 123.

¹⁰⁷ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 123.

¹⁰⁸ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 127.

cabelos ruivos, o espera no cruzamento entre aquela rua e a Via Albona e dispara dois tiros de pistola nas suas costas e o mata.

Depois do tiroteio, entra em um carro branco onde se encontram outros dois jovens de sexo masculino, que se distanciam a forte velocidade em direção à via Pola.

Duas testemunhas retém de poder identificar o modelo do carro: um Simca 1300 ou um Fiat 124.

Lá pelas 13 horas do mesmo dia, uma patrulha de Carabineiros encontra abandonada em via Goito, um carro marca Simca 1300 branco, que teria sido roubado de um tal de Morano Sebatino, na noite do dia anterior.

O carro foi encontrado aberto e é possível averiguar que, para acionarem o motor, os ladrões tiveram que arrancar os fios da instalação elétrica, unindo-os com um grampo de cabelos.

Os investigadores averiguaram que o carro que estava estacionado foi achado minutos sucessivos ao momento no qual foi consumado o homicídio.

As sucessivas investigações, possibilitaram estabelecer que o autor material do homicídio de Santoro, se identificava no hodierno estradando Cesare Battisti, que já tinha ficado preso no cárcere em Udine.

A modalidade exata de tal homicídio foi assim reconstruída: Battisti e Enrica Migliorati ficaram abraçados por cerca de 10 minutos à apenas alguns metros de distancia do portao do prédio de Santoro, enquanto Pietro Mutti e Claudio Lavazza esperavam no carro a chegada da vítima.

Battisti se distanciou imediatamente de Migliorati, se aproximou correndo de Santoro e o feriu primeiro com um tiro nas costas e com outros dois tiros, quase à queima-roupa, quando marechal já estava morto.

Logo após, Battisti e Migliorati correram em direção ao Simca 1300 e assim escaparam todos os quatro.

Chegaram então na avenida principal, trocaram de carro, se desfizeram das vestimentas (bigode e barba postiça para Battisti e peruca ruiva para Migliorati) e chegaram à estação de Palmanova, onde Battisti desceu, levando consigo a bolsa das armas e os disfarces.

Ficou acertado que a decisão de matar Santoro partiu de Cesare que conhecia pessoalmente a vítima".¹⁰⁹

¹⁰⁹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Extradução nº 1.085. República da Itália. Trecho do Pedido de Extradução, Vol I, p. 65.

2.2.2 Homicídio do açougueiro Sabbadin

Lino Sabbadin, nascido em 1933, era um açougueiro da vila de Caltana di Santa Maria di Sala, no Vêneto, e estava filiado ao Movimento Social Italiano-Direita Nacional (MSI), o mais tradicional grupo neofascista.¹¹⁰

É contado em Nota Verbal, enviada ao Brasil, que, no dia 16 de fevereiro de 1979, dois homens armados entraram no açougue de Lino e um destes, depois de ter se certificado que aquele homem diante dele era o próprio Sabbadin, extraiu uma pistola de sua bolsa e, logo em seguida, atacou contra este, com duas coronhadas de pistola, fazendo-o cair atrás do balcão, onde estava trabalhando. Imediatamente depois, dispara dois tiros sobre o alvo que já estava morto.¹¹¹

A esposa de Sabbadin, Amalia, declarou ao Tribunal de Milão que um dos meliantes disparou logo à queima-roupa e seu marido caiu em decorrência do tiro.¹¹²

“As investigações estabeleceram que os indivíduos de sexo masculino que entraram na loja de Sabbadin eram Cesare Battisti e Diego Giacomini e este teria aberto fogo depois de ter perguntado ao comerciante se ele era Sabbadin e, em seguida, ter recebido resposta positiva”.¹¹³

2.2.3 Homicídio de Torregiani

Dentre os homicídios considerados vítimas dos PAC, o ourives Pierluigi Torregiani é o mais conhecido. Ele tinha influência econômica e política,

¹¹⁰ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 130.

¹¹¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Extradicação nº 1.085. República da Itália. Trecho do Pedido de Extradicação, Vol 1, p. 66.

¹¹² LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 131.

¹¹³ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 131.

proximidade com a mídia e fatores de poder, além de ter sido membro de um grande grupo parapolicial chamado “*Maggioranza Silenciosa*” (Maioria Silenciosa).¹¹⁴

Pierluigi nasceu em 1936 e morava em Milão. Costumava andar com armas, colete à prova de balas e guarda-costas. O joalheiro justificava as preocupações por causa de um assalto à sua loja em 1966. Porém, desde então, o estabelecimento jamais foi atacado novamente.¹¹⁵

Em janeiro de 1979, sua filha Marisa foi ferida por uma bala que seu pai disparou por engano durante um ataque a eles enquanto estavam no restaurante *Transatlantico da Via Malpighi*. Dois homens armados mandaram que colocassem seus pertences em cima da mesa. Contudo, o joalheiro sacou sua arma do bolso e disparou contra os bandidos.¹¹⁶

Em 16 de fevereiro de 1979, um mês após o primeiro ataque, enquanto se dirigia para sua loja à pé, em companhia de seus dois filhos, Marisa e Alberto, Pierluigi foi vítima de uma emboscada. Pela mesma calçada, iam, um pouco à sua frente, dois rapazes, que, num dado momento, giraram em sua direção e abriram fogo. Torregiani responde aos disparos e atira em direção aos agressores, porém, um projétil alvejou Alberto gravemente que o deixou paraplégico. O ourives, que estava ferido em várias partes do corpo, acabou morrendo durante o transporte para o hospital.¹¹⁷

¹¹⁴ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 132.

¹¹⁵ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 132.

¹¹⁶ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 131.

¹¹⁷ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 134.

O filho, Alberto Torregiani, afirmou em seu livro “*Ero in Guerra, ma non ló sapevo*”, que seu pai não teria matado ninguém, mas reconheceu que a bala que o deixou ferido tinha sido disparada por Pierluigi Torregiani no dia de sua execução.¹¹⁸

Poucas horas após a execução de Pierluigi Torregiani em Milão, em fevereiro de 1979, as forças repressivas atacaram o bairro onde morava a maioria dos membros do PAC, que foram presos, indiciados e julgados.¹¹⁹

2.2.4 Homicídio de Andrea Campagna

Nos fatos que expõe o pedido de extradição, a República Italiana faz, ainda, referência ao quarto homicídio cometido por membros do PAC.

Andrea Campagna, de 25 anos, agente de Polícia de Estado, com funções de motorista da DIGOS – departamento investigativo da polícia de Milão, que é o órgão responsável pela investigação de casos relativos a terrorismo, crime organizado e sequestros, além de crimes de extorsão -, depois de ter visitado sua namorada, se preparava na companhia de seu futuro sogro para entrar no carro. À esse ponto, apareceu um jovem, de repente, detrás de seu carro, que ainda estava estacionado, e contra Campagna disparou cinco tiros de revólver. Em seguida, entrou em um Fiat guiado por outra pessoa e fugiu. O agente veio a falecer no caminho para o hospital.¹²⁰

“Famíliares relatam que Campagna tinha aparecido nitidamente no curso de um serviço televisivo em ocasião de alguns dos autores do

¹¹⁸ TORREGIANI, Alberto *apud* LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 134.

¹¹⁹ TORREGIANI, Alberto *apud* LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 134

¹²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. 1 DVD-ROM. Mac

homicídio de Torregiani, havendo o mesmo efetuado o transporte de tais presos ao cárcere”.¹²¹

Essas mortes serviram de pretexto para que o Estado Italiano deflagrasse uma contínua perseguição contra os membros do PAC, em especial Cesare Battisti, que duraria pelo menos 30 anos.¹²²

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, o então, Procurador-Geral da República, Antonio Fernando, considerou os crimes como comuns os que levaram à condenação de Battisti e, por isso, passíveis de extradição. Ele afirma que, embora tenham sido provocados por membros de uma facção política, foram “marcados por certa frieza e desprezo pela vida humana”.¹²³

“Cesare Battisti foi condenado por homicídios que, embora guardem certa motivação política, não tiveram como plano de fundo, por exemplo, uma manifestação ou rebelião, além do que ceifaram a vida de civis e de autoridades que se encontravam então indefesas”, diz o procurador-geral, Antonio Fernando”.¹²⁴

A Procuradoria Geral da República (PGR), no entanto, ressalva que a legislação brasileira não admite a prisão perpétua e que, no caso de o Supremo Tribunal Federal deferir a extradição, a Itália deveria substituí-la pela pena de 30

¹²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. 1 DVD-ROM. Mac

¹²² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. 1 DVD-ROM. Mac

¹²³ BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Extradição nº 1.085. Despacho PGR. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/cesare-battisti-nao-cometeu-crime-politico-e-deve-ser-extraditado-diz-pgr>. Acesso em: 08 set. 2015.

¹²⁴ BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Extradição nº 1.085. Despacho PGR. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/cesare-battisti-nao-cometeu-crime-politico-e-deve-ser-extraditado-diz-pgr>. Acesso em: 08 set. 2015.

anos de reclusão, abatendo desse período o tempo que o réu cumpriu em prisão preventiva no Brasil.¹²⁵

2.3 Dos julgamentos na Itália e a fuga de Cesare Battisti

A Justiça da República Italiana enviou ao Brasil, juntamente com o pedido de extradição, as cópias das sentenças condenatórias de Cesare Battisti, de acordo com os pressupostos estabelecidos no Tratado de Extradição entre as duas nações.

Em relação ao homicídio de Santoro, se tem que, por sua vez, os Carabineiros de Udine, ao reconstruírem os homicídios do sargento e do comerciante Sabbadin, no relatório do dia 7 de outubro de 1980, chegaram às conclusões análogas no que diz respeito à participação de Mutti e Migliorati no primeiro dos dois crimes. Eles destacaram que a testemunha ocular, Rosana Trentin, reconheceu que a pessoa sentada no lugar do motorista, que era Mutti. Porém, por temor de retaliações, pediu que tais declarações não fossem postas em ata.

“O homicídio do sargento dos agentes de custódia, Santoro, representa um “pulo de qualidade” na atividade do bando armado: pela primeira vez, com efeito, o ataque à pessoa, já atuado pelo crime contra os médicos Diego Fava e Giogrio Rossanigo, é deferido à eliminação física da vítima”.¹²⁶

Mutti foi preso em 24 de janeiro de 1982, depois de uma tentativa de fuga que acabou sendo frustrada. Entregue às autoridades judiciais de Milão, declarou-se arrependido da violência e desde a data até o fim do processo, narrou

¹²⁵ BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Extradição nº 1.085. Despacho PGR. Disponível em: <http://noticias.pgr.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/cesare-battisti-nao-cometeu-crime-politico-e-deve-ser-extraditado-diz-pgr>. Acesso em: 08 set. 2015.

¹²⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. 1 DVD-ROM. Mac

detalhes sobre a execução dos quatro homicídios. Pietro Mutti, que estava sendo acusado pelas execuções e por participação na maioria das ações do movimento dos PAC, se tornou delator ¹²⁷, declarando ao Ministério Público:

“Quando eu estava na estrutura do PAC, participei indiretamente no homicídio do sargento dos agentes de custódia de Udine, Santoro. Ocupei-me de fazer o levantamento das estradas cerca de uma semana antes do homicídio; porém, na ação, participaram Battisti, Enrica Migliorati e outras duas pessoas que não me recordo. Quem disparou foi Battisti. Lembro que, como base de partida, tínhamos uma tenda montada na área de Grado, tenda onde os outros retornaram uma vez praticada a ação”. ¹²⁸

Armando Spataro, Procurador no caso de Battisti, disse ao jornal italiano *Corriere della Sera*, em janeiro de 2008, que Battisti “*giustiziò*” Torregiani, usando uma expressão italiana equivalente a “executou” ou “assassinou”. Esse termo italiano não significa matar diretamente, mas estar no local do homicídio. ¹²⁹

Perguntado várias vezes por jornalistas do mundo todo sobre falta de provas em alguns julgamentos, Spataro, mesmo tendo declarado que Cesare Battisti era um “assassino puro”, respondia às perguntas com agressividade e os tratando como provocadores. ¹³⁰

Pietro Mutti, divergiu várias vezes a versão dos fatos, protegendo e incriminando deliberadamente militantes, conforme reconhecimento textual da

¹²⁷ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 157.

¹²⁸ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 157.

¹²⁹ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 147.

¹³⁰ LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012, p. 147.

sentença¹³¹. Apenas em 02 de maio de 1983, na fase conclusiva, completa e finalmente liberatória de sua colaboração, começou a falar.¹³²

De acordo com a sentença nº 20/81 (SENT81), em 27 de maio de 1981, o Tribunal do Júri de Milão, formado por dois juízes togados e seis jurados populares, condenou os 21 acusados ligados ao grupo revolucionário¹³³, de acordo com a participação representada em cada caso concreto; e Battisti, por todas as acusações que lhe foram imputadas. Porém, tampouco aqui se foi mencionado qualquer homicídio.

Antes de ser considerado culpado pelos crimes de homicídio, Cesare foi condenado a 13 anos e seis meses pela prática de crimes políticos e alguns delitos comuns conexos de: tentativa de subverter o sistema político do estado, ou seja, crimes contra a fé pública; a consumação de roubos e furtos, formação de um depósito de armas e explosivos; publicidade da luta armada; recrutamento de ativistas e declaração de identidade falsa.¹³⁴ Contudo, as únicas provas contra o acusado, Cesare Battisti, foram fruto da delação premiada de Mutti.

Um fato importante é que os processos foram unificados e, por isso os demais participantes e mentores dos crimes, também foram julgados nesta fase.¹³⁵ Por isso, os advogados dos membros do PAC apresentaram recurso contra

¹³¹ BARROSO, Luís Roberto. *Reflexões sobre o caso Cesare Battisti*. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI94178,41046Carta+aos+migalheiros+Reflexoes+sobre+o+caso+Cesare+Battisti>>. Acesso em: 10 set. 2015

¹³² SENT, 81. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. DVD-ROM. Mac

¹³³ WALTER, Filho. *O caso Cesare Battisti: a palavra da corte*. 2 ed rev. e atual. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011, p. 42.

¹³⁴ SENT, 81. Op.cit. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. DVD-ROM. Mac.

¹³⁵ WALTER, Filho. *O caso Cesare Battisti: a palavra da corte*. 2 ed rev. e atual. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011, p. 39.

sentença proferida em primeira instância, tendo sido os autos do processo a Corte de Apelações de Milão.¹³⁶

No período entre 1979 e 1981, Cesare Battisti ficou preso em uma prisão para políticos que não haviam cometido ações violentas. De lá, evadiu-se em outubro de 1981, em operação conduzida por Mutti, que não havia sido preso ainda.¹³⁷

Com a condenação decretada pela Justiça italiana, Battisti fugiu de seu país natal e foi, primeiramente, para a França, permanecendo por cerca de dois meses. Posteriormente, evadiu-se para o México em 1982. Apenas depois de oito anos, decidiu regressar à França em 1990.

Em 1993, o processo contra Cesare Battisti foi reaberto pela Justiça Italiana. Ele foi condenado à revelia para cumprir pena de prisão perpétua, com base em depoimentos de pelo menos dez ex-militantes da esquerda radical na Itália, beneficiadas da delação premiada.¹³⁸

Contudo, todos os pedidos de extradição que haviam sido impetrados ao governo da França, houveram negação por parte da Justiça francesa,

¹³⁶ WALTER, Filho. *O caso Cesare Battisti: a palavra da corte*. 2 ed rev. e atual. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011, p. 42.

¹³⁷ BARROSO, Luís Roberto. *Reflexões sobre o caso Cesare Battisti*. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI94178,41046Carta+aos+migalheiros+Reflexoes+sobre+o+caso+Cesare+Battisti>>. Acesso em: 10 set. 2015.

¹³⁸ CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. *O caso Cesare Battisti: conflitos de competência entre o Judiciário e o Executivo no cumprimento de tratado de extradição*. São Paulo: 2012. Disponível em: <www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/viewFile/974/622>. Acesso em: 10 set. 2015.

sob o argumento que o julgamento de Battisti fora motivado por perseguição política.¹³⁹

No entanto, no ano 2004, o Conselho de Estado da França avaliou uma nova solicitação, dando enfim, provimento aos recursos impetrados pela República da Itália. Importante ressaltar que a decisão foi confirmada pela Corte Europeia de Direitos Humanos, em observância do princípio *Due Process of Law* – devido processo legal – nos processos ao qual foi submetido.¹⁴⁰

Inconformado, Battisti recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos, contra o decreto de extradição emitido pelo governo Francês, que negou o pedido.

Posto em liberdade provisória do julgamento do recurso, conseguiu fugir da França para o Brasil no fim de 2004, ingressando no País com passaporte falso, antes que o decreto que determinava sua extradição fosse expedido para a execução da extradição.¹⁴¹

Após três anos residindo no Brasil, Cesare Battisti foi localizado no Rio de Janeiro em 2007. O Governo da Itália entrou com Pedido de Extradição nº 1.085 que constava junto à petição e em caráter emergencial, com fulcro nos

¹³⁹ TASHIMA, Carlos Akira. Extradição - o caso Cesare Battisti e a discricionariedade do Presidente da República. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34486&seo=1>>. Acesso em: 02 set. 15.

¹⁴⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2514526>>. Acesso em: 10 set. 2015.

¹⁴¹ CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. *O caso Cesare Battisti: conflitos de competência entre o Judiciário e o Executivo no cumprimento de tratado de extradição*. São Paulo: 2012. Disponível em: <www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/viewFile/974/622>. Acesso em: 10 set. 2015.

dispositivos expostos no Tratado entre Brasil e Itália, o pedido da decretação de prisão cautelar imediata.

Ausentes as causas de impedimento previstas no artigo 77, da Lei nº 6.815/80 no artigo 3 do Tratado entre Itália e Brasil, o então primeiro ministro relator do caso, Celso de Melo, decretou a prisão preventiva a Cesare Battisti no dia seguinte à sua captura no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, sendo preso e levado para a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e, posteriormente, à Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal¹⁴², custodiado à disposição do Supremo Tribunal Federal até a conclusão do processo de extradição, assegurando ao preso, o respeito à integridade física e moral.¹⁴³

Os delitos pelos quais o italiano foi condenado na Itália correspondem à dupla tipicidade do crime, isto é, há a previsão do delito tanto na esfera da legislação penal italiana, como também no dispositivo penal brasileiro. Dessa forma, é vinculado ao ministro relator decretar a prisão preventiva findo o processo extradicional.

2.4 Da solicitação de *status* de refugiado frente ao Ministério da Justiça

O refúgio previsto na Lei nº 9.474/97, visa reconhecer o indivíduo como refugiado e conceder a proteção nacional do estrangeiro.

Para Hildebrando Accioly, o conceito se expressa da seguinte forma:

¹⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. DVD-ROM. Mac.

¹⁴³ BRASIL. Constituição Federal: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

“É considerado refugiado todo o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção a proteção de tal país, ou aquele que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queria regressar a ele, em função da perseguição odiosa já mencionada. Além disso [...] será considerado refugiado todo aquele que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país para buscar refúgio em outro. Desde então, o Brasil já recebeu refugiados de Angola e do Afeganistão sob o abrigo desse dispositivo legal”.¹⁴⁴

Cesare Battisti, acreditando ser um refugiado político, solicitou ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), o reconhecimento de condição de refugiado e, por ofício, o ministro do STF, Cezar Peluso, à época relator da Extradução, foi comunicado do pedido. Diante dessa comunicação, suspendeu a tramitação do processo da extradição do ex-militante, nos conformes do artigo 34, da Lei nº 9.474/97, Lei dos Refugiados.¹⁴⁵

Em dezembro de 2008, o Conare comunicou ao ministro relator Peluzo, o indeferimento o pedido de refúgio formulado por Battisti. Com tal indeferimento, os advogados do italiano, interpuseram recurso administrativo para reconhecer o pedido. Em decisão isolada e nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº. 9.474/97, o então ministro da Justiça, Tarso Genro, proveu o recurso para conceder o *status* de refugiado, afirmando ser procedente o fundado temor de Cesare Battisti por perseguições na execução de condenações criminais que lhe foram impostas pelo cometimento de crimes de homicídio qualificado, equivalente

¹⁴⁴ ACCIOLY, Hidelbrando. *Manual de direito internacional público*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 474.

¹⁴⁵ LIMA, José Antonio Farah Lopes. *Extradução no Brasil e na União Européia: os casos de Cesare Battisti e Julian Assange*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 20/70.

nos Estado do processo originário como crimes de especial gravidade e, no Brasil, como crimes hediondos.¹⁴⁶

“Art. 1º: Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior[...]”.¹⁴⁷

O recurso contra a decisão do Conare foi provido em 2009 e, conforme o artigo 33 da Lei dos Refugiados, nº. 9.474/97, Cesare Battisti pleiteou pela revogação da prisão preventiva contra si decretada, conforme a Lei nº 6.815/80, que estabelece, no seu artigo 84, que cabe ao ministro da Justiça acolher o pedido prisão cautelar do extraditando, encaminhando-o ao STF.

O Estatuto do Estrangeiro, em seu artigo 82 §1º, contempla que o pedido de prisão cautelar deverá ser mediante *notitia criminis* devidamente fundamentado e então o Estado estrangeiro deverá, no prazo de até 90 dias, encaminhar os documentos formalizadores do pedido de extradição.¹⁴⁸

A legislação brasileira é clara quando normatiza a extradição, tal qual o faz no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), artigo 77, incisos III e VII, *in verbis*:

“Não se concederá a extradição quando:

[...]

III – O Brasil for competente, segundo suas leis para julgar o crime imputado ao extraditando;

[...]

¹⁴⁶ LIMA, José Antonio Farah Lopes. *Extradição no Brasil e na União Européia*: os casos de Cesare Battisti e Julian Assange. São Paulo: Atlas, 2014, p. 20/70.

¹⁴⁷ BRASIL. Lei. 9.474/97 (Lei dos refugiados): Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

¹⁴⁸ BRASIL. Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro): Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

VII – o fato constituir crime político”.

Enviado os autos ao então procurador geral da República, Antonio Fernando, manteve os pareceres que opinou pelo deferimento do pedido de extradição, pois entendia que a reclamação extradicional se fundava em condenação por crimes comuns de especial gravidade, portanto, ressalva que a Constituição Federal não admite a prisão perpétua e que, no caso de o Supremo Tribunal Federal deferir a extradição, a Itália deveria comutar à pena de 30 anos de reclusão e abater desse período o tempo que Battisti cumpriu prisão preventiva no Brasil.¹⁴⁹

Isto posto, tem-se que:

“Art. 91. Não será efetivada a entrega sem que o Estado requerente assumo o compromisso:

[...]

III - de comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte, ressalvados, quanto à última, os casos em que a lei brasileira permitir a sua aplicação;

[...]”.¹⁵⁰

Contudo, na Sessão Plenária de 9 de setembro de 2009, o Tribunal Pleno rejeitou questão de ordem suscitada pela ministra Cármen Lúcia no sentido de julgar o Mandado de Segurança nº 27.874 antes do pedido de extradição. O Tribunal, por maioria, julgou prejudicado o pedido de mandado de segurança, por reconhecer nos autos da extradição a ilegalidade do ato de concessão de status de

¹⁴⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Extradição nº 1.085*. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. Parecer do Procurador-Geral da República: Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/cesare-battisti-nao-cometeu-crime-politico-e-deve-ser-extraditado-diz-pgr>. Acesso em: 11 set. 2015.

¹⁵⁰ BRASIL. Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

refugiado concedido pelo Ministro de Justiça.¹⁵¹ Por maioria do Pleno, foi entendido que o ato administrativo vinculado foi *contra legem*, uma vez que não fundado em nenhuma de suas hipóteses legais, das quais o extraditando não se apresenta como vítima de injustiça.

¹⁵¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Extradição nº 1.085*. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. Trecho do acórdão. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp? incidente=2514526](http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2514526)>. Acesso em: 14 set. 2015.

Capítulo 3. JULGAMENTO E COMPETÊNCIA DO CASO CESARE BATTISTI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE À DISCRICIONARIEDADE DO PODER EXECUTIVO

O caso em tela suscitou grande repercussão no âmbito internacional e comoção nacional, pelo fato de o ex-ativista italiano, Cesare Battisti, membro do Proletários Armados pelo Comunismo, ter conseguido o *status* de refugiado político, pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro. A fundamentação se baseou nos argumentos de que o italiano correria riscos de perseguição na Itália por motivos de opinião política. Houveram reações contrárias e favoráveis quanto a decisão, porém mesmo com requerimento e o amparo Legal pela revogação da prisão preventiva, Battisti permaneceu preso, pois ainda aguardava pelo julgamento no Supremo Tribunal Federal, do qual tem competência para processar e julgar originariamente, o processo de extradição. Fato que suscitou, em Mandado de Segurança pela defesa do extraditando, junto ao processo extradicional que estava por ora suspenso, devido ao deferimento do recurso administrativo interposto à sua concessão de refugiado.

No dia do Julgamento, em 9 de setembro de 2009, por maioria dos votos dos ministros, o então, presidente do Plenário do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, julgou prejudicado o Mandado de Segurança, por reconhecer nos autos a ilegalidade da concessão de refugiado, conforme supracitado. No entanto, no julgamento da extradição, pela diferença de um voto, o italiano teve seu pedido de extradição para a República da Itália concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República à época, Luís Inácio Lula da Silva, entendeu que sua discricionariedade não se vincula à decisão do Tribunal Federal, e por isso, baseando-se no parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que afirmava

que o Tratado firmado com a Itália previa a não concessão da extradição quando tal decisão pudesse trazer riscos ao reclamado, decidiu pela não extradição de Cesare Battisti.

3.1 A competência do Poder Judiciário para julgar o processo de extradição 1.085

Na legislação brasileira, a competência do Poder Judiciário cinge-se à averiguação da legalidade do reclame postulado. Ele expende um juízo *pro forma*, analisando as questões de ordem material e formal, como a motivação criminosa, os pressupostos processuais de validade, a identidade do *extraditurus*, a prescrição e outras questões relacionadas ao deslinde do preito.¹⁵²

A Constituição Federal traz, em seu artigo 102, inciso I, alínea “g”, que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.¹⁵³

Em complemento, a norma constitucional, pelo artigo 83 da Lei nº 6.815/80 estabelece que: “nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão”.¹⁵⁴

O Direito positivo brasileiro se filia ao sistema franco-belga de contenciosidade limitada no tratado de extradição passiva no Brasil, logo, ao Supremo Tribunal Federal é proibido qualquer indagação sobre provas ou de mérito

¹⁵² VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: O viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004, p. 273.

¹⁵³ BRASIL. Constituição Federal: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

¹⁵⁴ BRASIL. Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

pertinentes ao ilícito criminal cuja persecução, no exterior, justificou o ajuizamento da ação extradicional.¹⁵⁵

Sabe-se que os tribunais superiores, em âmbito internacional, são importantes, pois têm por prerrogativa a solução de conflitos e a promulgação da paz. Compreender essa temática é fundamental para que sejam entendidas corretamente as ações do STF. Tal órgão de cúpula do Poder Judiciária, representa caráter de única ou última instância, quando a decisão contrariar dispositivo da Constituição.

Vale ressaltar que, nem mesmo se o estrangeiro renunciar ao processo de extradição, ainda sim, a Suprema Corte Brasileira terá que analisar o caso, conforme trecho de julgamento:

“Ementa: extradição. Impossibilidade da renúncia ao benefício da lei. I - A concordância do extraditando em retornar ao seu país não dispensa o controle da legalidade do pedido pelo STF. II - Verificados os requisitos legais da extradição, impõe-se o seu deferimento. Extradição deferida”.¹⁵⁶

Youssef Cahali (1983) expõe o conceito de Billot, defendendo que a extradição é o ato pelo qual um Estado faz a entrega, para fins de ser processado ou para a execução de uma pena de um indivíduo acusado ou reconhecido culpável de

¹⁵⁵ RAMOS, William Junqueira. O papel do Supremo Tribunal Federal no processo de extradição. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 15, n. 2662, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17547>>. Acesso em: 13 set. 2015.

¹⁵⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 643. Requerente república da Áustria, extraditando Wilhelm Papst. Relator Francisco Rezek. Acórdão 19/12/1994. Publicação 10/08/1995: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1604359>>. Acesso em: 13 set. 2015.

uma infração cometida fora de seu território a outro Estado que o reclama e que é competente para julgá-lo e puni-lo.¹⁵⁷

Esse conceito de Billot se tornou um clássico, pois fixou, a partir de então, os elementos nucleares do instituto, ou seja, o ato voluntário de cooperação do Estado soberano e a distinção entre extradição executória e a instrutória.¹⁵⁸

A Carta Magna consagra, em seu artigo 5º, incisos LIII e XXXVII, a garantia do juiz natural, de tal forma ninguém será processado, nem sentenciado, senão pela autoridade competente e não haverá juízo ou tribunal de exceção, que, diante dessas garantias, seja operante em matéria de extradição¹⁵⁹, como lhe é afirmado no artigo 77, inciso VIII, da Lei nº 6.815/80:

“Art. 77. Não se concederá a extradição quando:

[...]

VIII - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção”.¹⁶⁰

No entanto, Francisco Rezek (1996) expõe que nenhuma incumbência poderia ser, para a Suprema Corte, mais áspera que o pronunciamento sobre a matéria, pela razão de que no Judiciário não irá ter enfoque no crime, nele entrevedo se é de caráter político ou comum. Tratará o juízo que um Estado

¹⁵⁷ BETTIOL *apud* CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva: 1983, p. 296.

¹⁵⁸ BETTIOL *apud* MIRANDA, Neemias Carvalho. *Extradição: decisões contraditórias no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 6.

¹⁵⁸ MIRANDA, Neemias Carvalho. *Op.cit.*, p. 5.

¹⁵⁹ LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extradicional do direito brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p.185.

¹⁶⁰ BRASIL. Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

soberano investiu no poder decisório de conceder ou não uma extradição, havendo-a por regular ou por excepcionalidade.¹⁶¹

O Tribunal Federal, contudo, tem admitido, em excepcionalidade, aspectos materiais concernentes à substância da imputação penal. Se tal aspecto se mostrar indispensável à solução pertinente à não ocorrência de prescrição penal, deverá ser observado o princípio da dupla tipicidade ou à configuração eventualmente política tanto do delito atribuído ao extraditando, quanto das razões que levaram o Estado estrangeiro a requerer a extradição. Nesse caso, existe a possibilidade de indagação quanto à legalidade extrínseca do pedido extradicional, mas não em relação ao seu mérito.¹⁶²

Por reconhecerem que os vícios acima apontados nulificariam o ato administrativo de concessão de refúgio, o Supremo Tribunal Federal julgou a extradição de Cesare Battisti, julgamento que é de sua competência exclusiva.¹⁶³

3.2 Breve relatório dos votos e o não provimento da Extradição pelo Poder Judiciário

No dia 9 de setembro de 2009 foi julgada a Extradição nº 1.085, do extraditando Cesare Battisti. De forma preliminar, o Tribunal homologou o pedido de desistência do recurso de agravo regimental na Extradição nº 1.085 e indeferiu o pedido de sustentação oral em dobro, tendo em vista o julgamento conjunto da extradição e do Mandado de Segurança nº 27.875. Por maioria dos votos, o Presidente do Pleno do STF julgou prejudicado o pedido de Mandado de Segurança,

¹⁶¹ REZECK *apud* LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extradicional do Direito Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p.185.

¹⁶² RAMOS, William Junqueira. O papel do Supremo Tribunal Federal no processo de extradição. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 15, n. 2662, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17547>>. Acesso em: 13 set. 2015.

¹⁶³ LIMA, José Antonio Farah Lopes. *Extradição no Brasil e na União Européia: os casos de Cesare Battisti e Julian Assange*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 1/19.

por reconhecer nos autos da extradição a ilegalidade do ato de concessão de status de refugiado concedido pelo então, ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro ao extraditando, quando poderia ser vista de forma preliminar no pedido da extradição.¹⁶⁴.

Coube, ao então presidente do Supremo, Gilmar Mendes, em 18 de novembro de 2009, decidir pelo desempate, que por apenas um voto de diferença, o italiano teve seu pedido de extradição para a República da Itália concedido.

Porquanto, foi-se decidido que mesmo a decisão sendo favorável à extradição, seria de competência do Presidente da República pela execução do ato, nos limites que lhe são atribuídos.

Em parecer pela não extradição de Cesare Battisti, a Advocacia Geral da União (AGU) defendeu que deveria se levado em conta, entre outros, os direitos fundamentais do extraditando, o papel do STF enquanto guardião da Constituição, a soberania e a vontade do Estado-Parte-Requerente, bem como, ainda, o papel do presidente da República, enquanto representante da soberania nacional¹⁶⁵, por alguns dos termos a seguir transcritos:

“[...] 167. E é com base no tratado que deve agir o Presidente da República. Há fortíssimo enquadramento político, ainda que no resultado, e não nas causas, no sentido de se respeitar pontualmente a decisão do STF. Isto é, os crimes não são políticos, são crimes comuns. Porém, políticas são as dimensões dos fatos. 168. Como indicado na presente manifestação há proliferação de entrevistas, passeatas, pareceres, manifestos, pedidos, súplicas, notícias. Eventual negativa de extradição não qualifica, e nem demonstra, e nem mesmo sugere, qualquer avaliação negativa para com instituições italianas, presentes ou pretéritas. Trata-se, tão somente,

¹⁶⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Extradição nº 1.085*. República da Itália. Trecho da Ementa do pedido de Extradição, Vol I, p. 65. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcesso_Andamento.asp?incidente=2514526>. Acesso em: 14 set. 2015.

¹⁶⁵ ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer nº AGU/AG-17/2010. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/10895544>. Acesso em: 10 ago. 2015.

de cumprimento de previsão do tratado, com amplo uso no direito extradicional contemporâneo. 169. É exatamente o nicho democrático italiano que sugere amplitude do debate, suscitando-se ponderáveis suposições de que o extraditando possa, em tese, enfrentar atos que agravem sua situação, por motivos de sua condição pessoal. 170. Opina-se, assim, pela não autorização da extradição de Cesare Battisti para a Itália, com base no permissivo da letra f do número 1 do art. 3 do Tratado de Extradição celebrado entre Brasil e Itália, porquanto, do modo como aqui argumentado, há ponderáveis razões para se supor que o extraditando seja submetido a agravamento de sua situação, por motivo de condição pessoal, dado seu passado, marcado por atividade política de intensidade relevante. Todos os elementos fáticos que envolvem a situação indicam que tais preocupações são absolutamente plausíveis, justificando-se a negativa da extradição, nos termos do Tratado celebrado entre Brasil e Itália”.¹⁶⁶

O Presidente da República à época, Luís Inácio Lula da Silva, entendeu que sua discricionariedade não se vincula à decisão do Supremo Tribunal Federal, e por isso, baseando-se no parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que afirmava que o Tratado firmado com a Itália previa a não concessão da extradição quando tal decisão pudesse trazer riscos ao reclamado, decidiu pela não extradição de Cesare Battisti e permitiu sua permanência em território brasileiro, com base nos termos da Constituição Federal, convenções internacionais sobre direitos humanos e no Tratado de Extradição entre as duas nações, conforme nota seguinte¹⁶⁷:

"O presidente da República tomou hoje a decisão de não conceder a extradição ao cidadão italiano Cesare Battisti, com base em parecer da Advocacia Geral da União. O parecer considerou atentamente todas as cláusulas do Tratado de Extradição entre o Brasil e Itália, em particular a disposição expressa na letra "f", do item 1, do artigo 3 do Tratado, que cita, entre as motivações para a não extradição, a condição pessoal do extraditando. Conforme se depreende do próprio Tratado, esse tipo de juízo não constitui afronta de um Estado ao outro, uma vez que situações particulares ao indivíduo podem

¹⁶⁶ ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer nº AGU/AG-17/2010. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/10895544>. Acesso em: 10 ago. 2015.

¹⁶⁷ CAMPANERUT, Camila. *Lula decide não extraditar o italiano Cesare Battisti e reage à crítica da Itália*. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/31/lula-decide-nao-extraditar-o-italiano-cesare-battisti.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

gerar riscos, a despeito do caráter democrático de ambos os Estados. Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro manifesta sua profunda estranheza com os termos da nota da Presidência do Conselho dos Ministros da Itália, de 30 de dezembro de 2010, em particular com a impertinente referência pessoal ao Presidente da República."¹⁶⁸

A decisão de Lula causou uma série de protestos na Itália e mesmo dentro do Brasil. Por outro lado, movimentos sociais e simpatizantes comemoraram a decisão de não extraditar Battisti. A data da concessão do “indulto” foi emblemática: 31 de dezembro de 2010. Este foi o último dia de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República Federativa do Brasil.

Cinthia Andriota Corrêa (2011) faz crítica ao parecer da AGU, em que pese ao momento discutido no pedido pela não extradição, que conferiam ao presidente da República competência para manter relações com Estados estrangeiros¹⁶⁹, afirmando que o problema não é apenas definir a extensão da discricionariedade que os termos do inciso VII e VIII do art. 84 da Constituição Federal oferecem ao presidente da República, nem, simplesmente, estabelecer qual o alcance da competência estabelecida também constitucionalmente na letra “g”, do inciso I, do art. 102, CF/88, quanto menos se observar e aplicar tão somente os termos do Tratado de Extradicação Bilateral que o Brasil tenha assinado com qualquer outro país, pois não há apenas que se delimitar a extensão de cada norma

¹⁶⁸ CAMPANERUT, Camila. *Lula decide não extraditar o italiano Cesare Battisti e reage à crítica da Itália*. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/31/lula-decide-nao-extraditar-o-italiano-cesare-battisti.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

¹⁶⁹ ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/10895544>. Acesso em: 10 ago. 2015.

separadamente, mas realizar estudo que possibilite sua integração para que não reste espaço para conflitos e contradições.¹⁷⁰

3.3 O Conflito de Competência frente à Decisão do Presidente da República

O papel do presidente da República é o liderar e administrar a Nação, interna e externamente, e isso inclui todas as suas instituições, inclusive aquelas pertinentes aos Poderes Legislativo e Judiciário. Como primeira consequência, temos de maneira clara quem é o principal responsável pelas vicissitudes que afetam o judiciário brasileiro atual: o presidente da República.¹⁷¹

Face decisão do Poder Executivo, o Governo da Itália opôs a Reclamação nº 11.243 perante o STF contra a decisão do então, presidente Luís Inácio Lula da Silva.¹⁷²

Diante da não concessão do pedido de extradição, pelo, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, baseado no argumento de que se tratava de refugiado político, o governo da Itália, com saber jurídico e pelo tratado internacional entre ambas nações, se viu no direito de reclamar da decisão do Poder Executivo.

O recurso impetrado pelo advogado de defesa, do Governo da Itália, Antonio Nabor Areias Bulhões, que levou ao julgamento pela Suprema Corte, era a respeito do erro que o presidente havia cometido e que, sendo uma democracia, o

¹⁷⁰ CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. *O caso Cesare Battisti*: Conflitos de competência entre o judiciário e o executivo no cumprimento de tratado de extradição. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/direito/article/viewFile/974/622>>. Acesso em: 14 set. 2015.

¹⁷¹ MIRANDA, Neemias Carvalho. *Extradição*: Decisões Contraditórias no Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 34.

¹⁷² CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. Op.cit.

extraditando jamais teria seus direitos violados na Itália, ainda mais seus direitos fundamentais.¹⁷³

Na Sessão Plenária de 8 de junho de 2011, não foi colocado em questão se eram a favor ou não do argumento do Governo da Itália. O Tribunal do Pleno apenas decidiu que não cabe a ao Egrégio Tribunal julgar decisão do presidente brasileiro, pois o cargo confere a discricionariedade para decidir como quiser. Ou seja, não cabe ao Supremo revogar o entendimento do Poder Executivo.

A ementa da Reclamação nº 11.243, se deu da seguinte forma:

“1. Questão de Ordem na Extradicação nº 1.085: “A decisão de deferimento da extradicação não vincula o Presidente da República, nos termos dos votos proferidos pelos Senhores ministros Cármen Lúcia, Joaquim Barbosa, Carlos Britto, Marco Aurélio e Eros Grau’. Do voto do Min. Eros Grau extrai-se que ‘O conceito de ato vinculado que o relator tomou como premissa [...] é, no entanto, excessivamente rigoroso. [...] o conceito que se adotou de ato vinculado, excessivamente rigoroso, exclui qualquer possibilidade de interpretação/aplicação, pelo Poder Executivo, da noção de fundado temor de perseguição”. [...] 7. A Soberania Nacional no plano transnacional funda-se no princípio da independência nacional, efetivada pelo Presidente da República, consoante suas atribuições previstas no art. 84, VII e VIII, da Lei Maior. 8. A soberania, dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular (art. 14 da CRFB) através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do Presidente da República. [...] 17. O ato de extraditar consiste em “ato de vontade soberana de um Estado que entrega à justiça repressiva de outro Estado um indivíduo, por este perseguido e reclamado, como acusado ou já condenado por determinado fato sujeito à aplicação da lei penal” (RODRIGUES, M. C. A extradicação no Direito Brasileiro e na legislação comparada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. p. 3. t. I.). 18. A extradicação não é ato de nenhum Poder do Estado, mas da República Federativa do Brasil, pessoa jurídica de direito público externo, representada na pessoa de seu Chefe de Estado, o Presidente da República. A Reclamação por descumprimento de decisão ou por usurpação de poder, no caso de extradicação, deve considerar que a Constituição de 1988 estabelece que a soberania deve ser exercida, em âmbito interno, pelos três Poderes (Executivo,

¹⁷³ PARA ENTENDER DIREITO. *Uma explicação simples para quem não conseguiu entender o processo de extradicação de Cesare Battisti*. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/uma-explicao-simples-para-quem-no-conseguiu-entender-o-processo-de-extradicao-de-cesare-battisti>> Acesso em: 15 set. 2015.

Legislativo e Judiciário) e, no plano internacional, pelo Chefe de Estado, por isso que é insindicável o poder exercido pelo Presidente da República e, consequentemente, incabível a Reclamação, porquanto juridicamente impossível submeter o ato presidencial à apreciação do Pretório Excelso.²¹ O juízo referente ao pedido extradicional é conferido ao “Presidente da República, com apoio em juízo discricionário, de caráter eminentemente político, fundado em razões de oportunidade, de conveniência e/ ou de utilidade [...] na condição de Chefe de Estado” (Extradição nº 855, Ministro Relator Celso de Mello, DJ de 1º.7.2006).” 28. A Cooperação Internacional em matéria Penal é limitada pela regra do *non-refoulement* (art. 33 da Convenção de Genebra de 1951), segundo a qual é vedada a entrega do solicitante de refúgio a um Estado quando houver ameaça de lesão aos direitos fundamentais do indivíduo. 29. O provimento jurisdicional que pretende a República Italiana é vedado pela Constituição, seja porque seu art. 4º, I e V, estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados, seja pelo fato de, no supracitado art. 84, VII, conferir apenas ao Presidente da República a função de manter relações com Estados estrangeiros”.¹⁷⁴ (Grifos no original.)

A Reclamação não foi conhecida, mantendo-se a decisão da Presidência da República. Petição Avulsa com pedido de soltura em favor de Cesare Battisti foi provida para que se procedesse à imediata liberação do extraditando, se por al não estiver preso.¹⁷⁵

A República Italiana opôs Embargos de Declaração ao acórdão pelo qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou o conhecimento à Reclamação por ela formulada, em face da decisão do Presidente da República de não extraditar Cesare Battisti, no sentido de que, ao tratar da margem de apreciação do presidente da República nos aspectos da extradição relativos à natureza dos crimes e ao contexto político subjacente ao processo, evocaria matéria não discutida em nenhum

¹⁷⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação nº 11.343*. Reclamante República da Itália. Reclamado Presidente da República Relator: Min. Gilmar Mendes Acórdão de 09 de junho de 2011, dje nº 116, publicado em 05/10/2011. disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4024096>>. acesso em: 14 set. 2015.

¹⁷⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação Nº 11.343*. Reclamante República Da Itália. Reclamado Presidente Da República Relator: min. gilmar mendes acórdão de 09 de junho de 2011, dje nº 116, publicado em 05/10/2011. disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4024096>>. acesso em: 14 set. 2015.

dos votos proferidos no julgamento da reclamação.¹⁷⁶

Até o presente momento, houve-se apenas manifestação do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, pelo conhecimento dos Embargos de Declaração e provimento parcial dos embargos com a expunção do segmento para caracterizar a natureza dos delitos, a fim de sanar vícios de contradição com o inteiro teor julgado.¹⁷⁷

Há, no entanto, uma Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Federal pedindo a nulidade do visto que, em face da circunstância, Cesare Battisti pleiteou perante o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão de deliberação coletiva, documento que atestasse a sua legalidade e visto de permanência definitiva no Brasil, com base no parecer da AGU¹⁷⁸.

Em sentença do dia 26 de fevereiro de 2015, a Juíza Federal, Adverci Rates, da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, julgou procedente o pedido para declarar nulo o ato de concessão de permanência de Battisti e determinou à União o procedimento de deportação ao acusado do caso, por tratar-se de estrangeiro irregular no Brasil e que, por ser sentenciado à prisão perpétua na Itália, seu país de origem, não tem o direito de permanecer no Brasil.¹⁷⁹

¹⁷⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação nº 11.343*. Reclamante República da Itália. Reclamado Presidente Da República Relator: Min. Gilmar Mendes acórdão de 09 de junho de 2011, dje nº 116, publicado em 05/10/2011. disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4024096>>. acesso em: 14 set. 2015.

¹⁷⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação nº 11.343*. Reclamante República da Itália. Reclamado Presidente Da República Relator: Min. Gilmar Mendes acórdão de 09 de junho de 2011, dje nº 116, publicado em 05/10/2011. disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4024096>>. acesso em: 14 set. 2015.

¹⁷⁸ AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. Juíza manda deportar Cesare Battisti. *Estadão*, São Paulo, 03 de mar. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiza-manda-deportar-cesare-battisti/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁷⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. *Ação Civil Pública nº 54466-75.2011.4.01.3400*. Autor Ministério Público Federal Ré União Federal. Juíza: Adverci Rates Mendes de Abreu. Sentença 23 de fev. 2015, publicado em 12/09/2013. Disponível em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?trf1_captcha_id=973bd6bf5138c2ac2e5c4ab4217f00d5&trf1_captcha=swb4&enviar=Pesquisar&proc=544667520114013400&secao=JFD F>. Acesso em: 16 set. 2015.

A juíza determinou a deportação para o México ou França, países dos quais Cesare Battisti passou após fugir de seu país de origem.

Cesare Battisti chegou a ficar preso por algumas horas após a divulgação da sentença, mas, em Agravo de Instrumento e *Habeas Corpus* impetrados pelo advogado de defesa, Igor Sant'Anna Tamasauskas, foi solto horas depois por determinação de liminar pelo juiz Federal, Cândido Ribeiro, que ressaltou que não compete à Justiça Federal modificar decisões tomadas por instâncias superiores¹⁸⁰. A liminar do agravo foi confirmada na decisão do dia 14 de setembro de 2015, sob a argumentação de que não é possível a execução provisória de uma sentença que não é mais recorrível, tão logo a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região considerou a prisão ilegal.¹⁸¹

No dia 12 de setembro de 2015, Cesare Battisti formalizou casamento com uma brasileira. Neste caso, seu visto automaticamente se transformou em permanente e de toda forma, casado, terá a garantia de que não será mais expulso, hipóteses em que a extradição é inadmitida pelo direito pátrio, que veda a deportação nesses casos.¹⁸² Além disso, se mesmo casado há menos de cinco anos com brasileira, porém sob sua guarda e dependência econômica, um filho brasileiro, também não mais poderá ocorrer sua expulsão.

¹⁸⁰ CORREIO BRAZILIENSE. *Cesare Battisti consegue habeas corpus e aguarda decisão sobre deportação*. Brasília, 14 de mar. 2015, Política e Brasil, p. 7.

¹⁸¹ GALLI, Marcelo. 6ª Turma do TRF-1 mantém liminar e Cesare Battisti tem liberdade assegurada. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/trf-reforma-decisao-cesare-battisti-liberdade-assegurada>>. Acesso em: 15 set. 2015.

¹⁸² GALLI, Marcelo. 6ª Turma do TRF-1 mantém liminar e Cesare Battisti tem liberdade assegurada. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/trf-reforma-decisao-cesare-battisti-liberdade-assegurada>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CONCLUSÃO

Os desdobramentos do caso, porém, não findaram com a não extradição. A Procuradoria Geral da República tentou, por algumas vezes, revogar o visto de permanência concedido a Cesare Battisti. Em março de 2015, foi concedida decisão favorável à revogação do visto permanente do italiano. A alegação era baseada no fato de Battisti ser indiciado em seu país por homicídio.

Cesare Battisti, inclusive, passou algumas horas preso na carceragem da Polícia Federal em São Paulo (SP), mas foi solto poucas horas depois, por efeito de um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão do desembargador Cândido Ribeiro estipulou que não caberia à Justiça Federal decidir pela revogação do visto.

A vida pregressa de Cesare Battisti argumenta contra sua própria defesa. Desde o ingresso no movimento dos Proletários Armados pelo Comunismo, aclamado como terrorista, bem como suas condenações por diversos crimes, até ao mais severo, aplicado pelo cometimento de homicídios – enquadrado como crime hediondo no Brasil –, me faz crer que não caberia ao Governo Brasileiro manter um criminoso que não atende aos requisitos para a condição de refugiado político. Além disso, antes de desembarcar no País, Battisti passou algum tempo no México e na França, fugindo da Justiça italiana. Reconhecida como um dos expoentes jurídicos mundiais, a República da Itália, não haveria de insistir na extradição de Cesare Battisti, caso não houvesse acarretado sérios danos àquela nação.

Apesar de a Corte Suprema ter reconhecido a discricionariedade ao presidente da República quanto à execução da decisão da extradição, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que esta deveria estar delimitada e pautada nos

termos do tratado bilateral entre o Brasil e a República Italiana. A decisão do STF é soberana, uma vez que tem a função, que lhe foi atribuída pela Constituição, de decidir sobre o mérito do processo. Enquanto que, por sua vez, o presidente da República deve executar a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, sendo vedado criar qualquer tipo de obstáculo ao cumprimento, para que não torne inócua a atividade jurisdicional que é desempenhada pela Suprema Corte. Caso o STF optasse pela não extradição, nada poderia fazer o Poder Executivo, pois é ato vinculativo a não concessão da extradição pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Encerro meu trabalho fazendo uma breve relação ao comentário do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, do qual me identifiquei em relação ao que foi decidido pelo presidente da República, à época dos fatos, Luís Inácio Lula da Silva. A decisão o chocou de tal forma que o fez pensar que esse caso não honrará, no futuro da história do Supremo Tribunal Federal, que o fato de que o erro que foi cometido pela maioria na Casa significou a uma renúncia ao poder constitucional do STF. Cometer um erro por absorção de poder, como fez John Marshall, no início da Corte Norte-Americana, foi, nos seus primórdios, aceitável, porém errar para transferir o poder, é lastimável. A decisão, prevalece entender que o raciocínio predominado no Supremo, retratou um desprezo de tudo que o Poder Judiciário decidiu e julgou sobre o assunto. Seria mais coerente, então, quando o Tribunal Federal recebesse processos de qualquer natureza com pedido de extradição, não deveria mais colocá-los em pauta, mas sim, remetê-los diretamente ao Palácio do Planalto, uma vez que o Executivo chamou para si a responsabilidade de decidir e executar os pedidos de extradição.

Decidir sobre os atos cometidos por Cesare Battisti, se foi condenado na Itália por crimes hediondos, se manteve refém em cárcere privado sob tortura, se

havia perseguição política, se seria passível de perdão pela Justiça Italiana, não cabe ao presidente da República, nem ao Supremo Tribunal Federal, nem ao ministro do Estado de Justiça decidirem, mas cabe, sim, ao Governo da Itália. Há países, hoje em dia, que fazem da vingança armada e sangrenta a sua bandeira para eliminar quem age de maneira contrária ao que é tratado no cotidiano. Porém, a Itália, com toda certeza, não é assim. É um país de perdão e generosidade mais perspicaz que o Brasil.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hidelbrando. *Manual de direito internacional público*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Manual de direito internacional público*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ACIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálilo do Nascimento. *Manual de direito internacional público*. 1996, p. 354-355. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ACQUARONE, Appio Claudio. *Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral*. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer nº AGU/AG-17/2010. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/10895544>. Acesso em: 10 ago. 2015.

AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. Juíza manda deportar Cesare Battisti. *Estadão*, São Paulo, 03 de mar. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiza-manda-deportar-cesare-battisti/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. *Reflexões sobre o caso Cesare Battisti*. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI94178,41046Carta+aos+migalheiros+Reflexoes+sobre+o+caso+Cesare+Battisti>>. Acesso em: 10 set. 2015

BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>> Acesso em: 13 ago. 2015.

BATTISTI, Cesare. *Minha fuga sem fim*. São Paulo: Martin, 2007.

BETTIOL *apud* CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva: 1983.

BETTIOL *apud* MIRANDA, Neemias Carvalho. *Extradição: decisões contraditórias no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BEVILÁQUIA, Clóvis. *Direito público internacional*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911.

BRASIL. *A extradição*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Justiça, Departamento de Estrangeiros, 1997, p. 19-20.

BRASIL. *Constituição Federal/88*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. *Constituição Federal/88*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. *Constituição Federal*: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Lei. 9.474/97 (Lei dos refugiados): Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. Memorial às Extradicações nºs 272, 273 e 274. In: *Extradicações e julgamentos*. Vol. II. Supremo Tribunal Federal, 1978, p.74. In: SOUZA, Artur de Brito. As novas tendências do direito extradicional. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.145.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Regimento Interno*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Janeiro_2015_versao_eletronica.pdf> Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. 1 DVD-ROM. Mac

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação nº 542. Requerente governo dos Estados Unidos da América extraditando Morris Clinton Henson. Relator Ministro Celso de Mello. Acórdão 13/02/1992. Publicação 20/02/1992. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1520235>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradução nº 643. Requerente república da Áustria, extraditando Wilhelm Papst. Relator Francisco Rezek. Acórdão 19/12/1994. Publicação 10/08/1995: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1604359>>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n. 65132/DF*. Diário de Justiça da União, Brasília, Seção 1, 4 set. 1987.

BRASIL. *Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana*. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_64>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CAHALI. Estatuto do estrangeiro, 1993. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

CAMPANERUT, Camila. *Lula decide não extraditar o italiano Cesare Battisti e reage à crítica da Itália*. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/31/lula-decide-nao-extraditar-o-italiano-cesare-battisti.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CARNEIRO, Camila Tagliani. *A extradição no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Memória Jurídica, 2002.

CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. *O caso Cesare Battisti: conflitos de competência entre o Judiciário e o Executivo no cumprimento de tratado de extradição*. São Paulo: 2012. Disponível em: <www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/viewFile/974/622>. Acesso em: 10 set. 2015.

CORRÊA, Cinthia Andriota; MIALHE, Jorge Luis. *O caso Cesare Battisti: Conflitos de competência entre o judiciário e o executivo no cumprimento de tratado de extradição*. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/direito/article/viewFile/974/622>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CORREIO BRAZILIENSE. *Cesare Battisti consegue habeas corpus e aguarda decisão sobre deportação*. Brasília, 14 de mar. 2015, Política e Brasil, p. 7.

DELLOVA, Adriana Souza. *Breve análise sobre o caso Cesare Battisti*. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10375>. Acesso em: 31 ago. 2015.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Tradução de Vítor Marques Coelho. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

FARIA, A. Bento de. *Código Penal Brasileiro comentado*. Rio de Janeiro: Récord, 1958, v. 1.

FRAGA, Mirtô. *O novo Estatuto do Estrangeiro comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

GALLI, Marcelo. 6ª Turma do TRF-1 mantém liminar e Cesare Battisti tem liberdade assegurada. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/trf-reforma-decisao-cesare-battisti-liberdade-assegurada>>. Acesso em: 15 set. 2015.

LIMA, José Antonio Farah Lopes. *Extradição no Brasil e na União Européia: os casos de Cesare Battisti e Julian Assange*. São Paulo: Atlas, 2014.

LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extradicional do direito brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012.

MELLO, Celso D. Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, vol. 2.

_____. *Curso de direito internacional público*. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, v. 1.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1992, v. 2, p. 713-714.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Extradição nº 1.085. Despacho PGR. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/cesare-battisti-nao-cometeu-crime-politico-e-deve-ser-extraditado-diz-pgr>. Acesso em: 08 set. 2015.

MIRANDA, Neemias Carvalho. *Extradição: decisões contraditórias no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PARA ENTENDER DIREITO. *Uma explicação simples para quem não conseguiu entender o processo de extradição de Cesare Battisti*. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/uma-explicao-simples-para-quem-no-conseguiu-entender-o-processo-de-extradio-de-cesare-battisti>> Acesso em: 15 set. 2015.

RAMOS, William Junqueira. O papel do Supremo Tribunal Federal no processo de extradição. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 15, n. 2662, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17547>>. Acesso em: 13 set. 2015.

REZECK *apud* LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extradicional do Direito Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

REZEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Manoel Coelho. *A extradição no direito brasileiro e na legislação comparada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, t. I.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *A extradição no direito internacional e no direito brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

SENT, 81. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradição nº 1.085. Requerente governo da Itália, extraditando Cesare Battisti. Relator Ministro César Peluso. Acórdão 15/04/2010. Publicação 16/04/2010. DVD-ROM. Mac

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *As novas tendências do direito extradicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Extradição nº 446. Relator: Min. Célio Borja. In: BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 173-194, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/688>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Extradição nº 1.085*. Ementa nº 08: [...] República da Itália. Relator: Cezar Peluso. Acórdão de 16 de dezembro de 2009, DJE nº 67, publicado em 16/04/2010, p. 3. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2514526>> Acesso em: 14 set. 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Extradição nº 1.085*. República da Itália. Trecho do Pedido de Extradição, Vol I.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Extradição nº 1.085*. República da Itália. Trecho da Ementa do pedido de Extradição, Vol I, p. 65. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2514526>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Min. Rel. Rafael Mayer, RTJ 115/969. *Trecho do acórdão Extradição nº 426*. Acórdão de 4 de setembro de 1985. In: *Revista Trimestral de Jurisprudência*, v. 115, mar. 1986.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Reclamação nº 11.343*. Reclamante República da Itália. Reclamado Presidente da República Relator: Min. Gilmar Mendes Acórdão de 09 de junho de 2011, DJE nº 116, publicado em 05/10/2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4024096>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SUZUKI, Jorge Brunetti. Da extradição de Cesare Battisti. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2340, 27 nov. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13921>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SWART, A. H. J. Refusal of extraditions and the um model treaty on extradition. *Netherlands Yearbook of International Law*. v. 23, 1992. In: op. cit, loc. cit.

TASHIMA, Carlos Akira. Extradição - o caso Cesare Battisti e a discricionariedade do Presidente da República. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34486&seo=1>>. Acesso em: 02 set. 15.

TORREGIANI, Alberto *apud* LUNGARZO, Carlos A. *Os cenários ocultos do caso Battisti*. São Paulo: Geração Editorail, 2012.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. *Ação Civil Pública nº 54466-75.2011.4.01.3400*. Autor Ministério Público Federal Ré União Federal. Juíza: Adverci Rates Mendes de Abreu. Sentença 23 de fev. 2015, publicado em 12/09/2013. Disponível em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?trf1_captcha_id=973bd6bf5138c2ac2e5c4ab4217f00d5&trf1_captcha=swb4&enviar=Pesquisar&proc=544667520114013400&secao=JFDF>. Acesso em: 16 set. 2015.

VELOSO, Kléber Oliveira. *Brasil: o viés extraditório*. Goiânia: Edição do autor, 2004.

_____. *O instituto extradicional*. Goiânia: AB, 1999.

WALTER, Filho. *O caso Cesare Battisti: a palavra da corte*. 2 ed rev. e atual. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011.